

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO DE UM CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA:
RELAÇÃO ATRAVÉS DOS MARCOS LEGAIS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Francine Mendonça da Silva

**Agudo, RS, Brasil
2014**

A GESTÃO DE UM CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA: RELAÇÃO ATRAVÉS DOS MARCOS LEGAIS

Francine Mendonça da Silva

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para
obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. Claudio Emelson Guimarães Dutra

**Agudo, RS, Brasil
2014**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO DE UM CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA:
RELAÇÃO ATRAVÉS DOS MARCOS LEGAIS**

elaborada por
Francine Mendonça da Silva

como requisito para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA

**Prof. Ms. Claudio Emelson Guimarães Dutra (UFSM)
(Presidente/Orientador)**

Prof.^a Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim (UFSM)

Prof.^a Ms. Myrian Cunha Krum (UFSM)

Agudo, 29 de novembro de 2014.

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho de monografia a pessoa que sempre me incentivou na vida pessoal e profissional, meu marido Nelson. Também a todos da equipe do Pró-Conselho/UFSM que possibilitaram o estudo e essa pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Nesse momento importante da minha vida acadêmica, não poderia deixar passar em branco o meu agradecimento a tantas pessoas que me ajudaram nessa trajetória.

Primeiramente a Deus, por sempre iluminar a minha vida e os meus passos, me dando muito mais do que pedi, colocando-me no caminho certo, na hora certa, com as pessoas certas.

Ao meu esposo, Nelson, companheiro de todos os dias, pela dedicação, atenção, força e paciência pelos momentos em que estive ausente. Sem a sua compreensão não seria possível continuar a minha formação e meu envolvimento com as atividades acadêmicas.

A todos os professores formadores, que sempre nos instigam a querer mais, a estudar mais, a buscar o conhecimento. Não poderia deixar de agradecer ao meu orientador professor Cláudio, pelas contribuições, pelo aprendizado e pela paciência. Assim como, a banca avaliadora, professora Alexandra Furquim e professora Myrian Krum pelas orientações e sugestões que qualificaram a minha pesquisa.

A equipe do Pró-Conselho/UFSM, professora Jocele, professor Joacir, tutoras Andrelisa, Karin e Ticiane, Gabriel, apoio de informática, que me ajudaram com sua amizade, seu conhecimento e suas experiências. Quero agradecer, especialmente, a amiga e professora Marilene Gabriel Dalla Corte, que possibilitou a participação nesse grupo maravilhoso, que sempre me ajudou, me orientou, espero ser digna de sua confiança e amizade sempre. A Marina, pelas horas de estudos, de aprendizados, de construção de artigos, mas também de momentos de descontração e muitas risadas. Cada um teve uma contribuição na minha vida e vou leva-los sempre no coração.

Sou eternamente grata a todos vocês!

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO DE UM CURSO DE EXTENSÃO A DISTÂNCIA: RELAÇÃO ATRAVÉS DOS MARCOS LEGAIS

AUTORA: FRANCINE MENDONÇA DA SILVA
ORIENTADOR: PROF. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA
Data e Local da Defesa: Agudo, 29 de novembro de 2014.

Com a oferta crescente da Educação a Distância nas Instituições de Ensino Superior (IES), assim como da necessidade de interdependência e trabalho compartilhado, cada vez mais, entre universidade e sistemas/redes/instituições de educação básica, evidencia-se importante investigar a temática inter-relacionada à gestão de um curso de extensão a distância e a qualidade da formação continuada de conselheiros municipais de educação. Objetiva-se, nesse sentido, relacionar ações da gestão de um curso de extensão a distância aos pressupostos legais que o embasam. Como metodologia utilizou-se o estudo de caso e a análise documental com abordagem quanti-qualitativa e observação participante. Pontua-se, a partir da construção e análise de dados que a qualidade da gestão pedagógica requer que a equipe pedagógica priorize os preceitos de gestão compartilhada para o desenvolvimento de ações de planejamento, organização e avaliação dos encaminhamentos teórico-metodológicos referentes aos processos de ensino e de aprendizagem no AVEA. Considera-se que a gestão do Pró-Conselho/UFSM prima pelos pressupostos da gestão democrática, com a participação de todos da equipe desde o planejamento, a organização, o monitoramento e a avaliação dos cursistas e do curso, em que a descentralização do poder, autonomia da equipe, transparência, desburocratização dos processos e ética são princípios que permeiam os processos de gestão no cotidiano das ações extensionistas desenvolvidas pela UFSM no RS.

Palavras-chave: Gestão pedagógica. Educação a Distância. Qualidade. Formação Continuada. Conselho Municipal de Educação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

MANAGEMENT OF AN EXTENSION COURSE DISTANCE: RELATIONSHIP THROUGH LEGAL MARCOS

AUTORA: FRANCINE MENDONÇA DA SILVA
ORIENTADOR: PROF. CLAUDIO EMELSON GUIMARAINS DUTRA
Data e Local da Defesa: Agudo, 29 de novembro de 2014.

With the ever-growing offer of Distance Education in undergraduate and Continuing Education Courses in universities, as well as the necessity of a interdependency and shared efforts amongst systems/networks/institutions of basic education, it is evident the importance of investigating the interrelated theme on management of a distance outreach course and the quality of continuing education of Municipalities' educational counselors. Our intention is, in this sense, relate actions management an extension distance course with legal assumptions that underlie. The methodology used was a study case and documental analysis, with a qualitative and quantitative approach. It can be pointed out from the data construction and analysis that the quality of pedagogical management requires that the team prioritizes the precepts the shared management to the development of planning actions, organization and assessment of technical and methodological guidelines related to teaching and learning processes in the AVEA. It is considered that the Pro-Council/UFSM's management aims the assumptions of a democratic management, with the participation of the whole team, since planning, organization, monitoring and assessment of course attendees and the course itself. The principles that permeate the management processes in the routine of outreaching actions, developed by UFSM in Rio Grande do Sul are power decentralization, team autonomy, transparency and debureaucratization.

Keywords: Educational Management. Distance Education. Quality. Continuing Education. City Board of Education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Planilha de acompanhamento dos cursistas.....	37
FIGURA 2 – Organograma da composição da equipe Pró-Conselho/UFSM.....	39

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Indicadores de municípios e cursistas que participaram da 1ª e da 2ª edição do Pró-Conselho/UFSM por região FAMURS.....	43
TABELA 2 – Reuniões Administrativas, 2013/2014 - Pró-Conselho/UFSM.....	48
TABELA 3 – Classificação das Reuniões, 2013/2014 - Pró-Conselho/UFSM.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Reuniões Pedagógicas 2013 e 2014 – Pró-Conselho/UFSM..... 51

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA GESTÃO PEDAGÓGICA NA EAD E A QUALIDADE NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE CONSELHEIROS	14
1.1 Educação a Distância e Gestão Pedagógica	14
1.2 Qualidade da Educação	18
1.3 Formação Continuada e o Pró-Conselho	23
2 METODOLOGIA	25
3 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	28
3.1 Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância e a proposta do Pró-Conselho/UFSM	28
3.1.1 Concepção de educação e currículo	29
3.1.2 Sistemas de comunicação	32
3.1.3 Material didático	35
3.1.4 Avaliação da aprendizagem e institucional	36
3.1.5 Equipe multidisciplinar	39
3.1.6 Infraestrutura de apoio	40
3.1.7 Gestão acadêmico-administrativa	42
3.1.8 Sustentabilidade financeira	46
3.2 Encaminhamentos da Gestão Pedagógica no Pró-Conselho/UFSM	48
4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	56
REFERÊNCIAS	58

INTRODUÇÃO

Com a necessidade de formação inicial e de formação continuada, os processos de ensino e de aprendizagem foram se modificando, os alunos não são mais os mesmos e nem o professor; cada um vai evoluindo e a educação não pode ficar estagnada, precisa atender as demandas e as necessidades desses alunos.

Dessa maneira, a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 4.024/61) foi sofrendo algumas modificações e, a partir do advento da 2ª LDB/96, Lei n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), as modalidades educativas surgiram no cenário da educação nacional, entre elas a Educação à Distância (EaD). Mas, simplesmente apresentar nova modalidade ou, até mesmo, mudar a sua nomenclatura inserindo-a em universos presencial ou a distância não é suficiente. É importante, a exemplo da educação presencial, priorizar a qualidade dos processos formativos e a oferta dessa modalidade e, para isso, torna-se indispensável planejamento compartilhado para a sua articulação e organização, implementação e avaliação comprometida e coletiva.

Assim, o interesse em abordar o tema “relação da gestão de um curso de extensão a distância com os pressupostos legais que o embasam” iniciou-se com a minha participação como Técnica Administrativa em Assuntos Educacionais junto ao Projeto de Extensão “Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho”, desenvolvido pela UFSM no Rio Grande do Sul. Para tanto, venho sentindo a necessidade de investigar os processos de gestão desse projeto que desencadeia em um curso a distância e qual a importância da gestão pedagógica para a qualidade desse curso.

Com a oferta crescente da EaD nos programas de formação inicial e continuada das Instituições de Ensino Superior (IES), evidencia-se importante investigar qual a repercussão da gestão pedagógica para a qualidade dos cursos de formação continuada nessa modalidade de ensino.

Acredita-se que esse tema é relevante para os cursos de formação continuada de professores na modalidade a distância e, também, para o Pró-Conselho/UFSM relacionar ações da gestão de um curso de extensão a distância aos pressupostos legais que o embasam, assim, contribuindo na melhoria da

qualidade da oferta dos cursos de formação continuada e na valorização das tecnologias digitais como potencializadoras da ação docente de qualidade.

Diante do exposto quanto a temática e sua justificativa, busca-se responder ao seguinte problema de pesquisa: *Qual a relação entre a gestão de um curso de extensão a distância aos pressupostos legais que o embasam?* Parte-se do pressuposto de que a qualidade da oferta do curso de formação continuada a distância depende do envolvimento e comprometimento da equipe gestora, em especial da sua competência para produzir diagnósticos, planejar, implementar ações educativas, monitorar e avaliar o desenvolvimento do curso.

Tendo por base a temática e a problemática proposta para esta pesquisa, objetivou-se relacionar as ações da gestão de um curso de extensão a distância aos pressupostos legais que o embasam, considerando a qualidade da oferta do curso de formação continuada dos Conselheiros Municipais de Educação. Para tanto, os processos investigativos, permeados pelos objetivos específicos, voltaram-se para reconhecer e inter-relacionar as disposições do MEC sobre a educação na modalidade a distância; reconhecer os referenciais relacionados à qualidade da EaD e ao Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho); e mapear os encaminhamentos da equipe gestora do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho/UFSM), no sentido de verificar os procedimentos de planejamento, organização, monitoramento e avaliação, entre outros.

Como base teórica, fundamentou-se esse estudo nas pesquisas de Belloni (2009) e Rumble (2003) quanto a Educação à Distância; Ferreira (2008), Lück (2013) e Libâneo (2004) sobre a Gestão; Dourado, Oliveira e Santos (2007), Morosini (2001), Gadotti (2010) e Souza (2005) com referência a qualidade da educação e a formação docente.

Considerando a estrutura organizacional dessa monografia, na Introdução apresenta-se a contextualização do tema, a proposição para discussão, o problema e as respectivas questões norteadoras.

No *referencial teórico*, intitulado de *Reflexões teóricas acerca da gestão pedagógica na EAD e a qualidade na formação continuada de Conselheiros*, procura-se desenvolver discussões referentes à Educação a Distância (EAD), modelos de gestão pedagógica e a qualidade da educação, formação continuada e o Pró-Conselho/UFSM.

Na *Metodologia*, está delineada a pesquisa em sua abordagem e tipo de investigação, os sujeitos envolvidos, os procedimentos de coleta de dados e os procedimentos de análise utilizados.

Nas Discussões dos Resultados aborda-se em tópicos as Disposições do MEC sobre a Educação a Distância e a proposta do Pró-Conselho/UFSM; e a Gestão pedagógica no Pró-Conselho/UFSM. Estão descritos, analisados e inter-relacionados os resultados da análise documental e da observação participante com o referencial teórico.

1 REFLEXÕES TEÓRICAS ACERCA DA GESTÃO NA EAD E A QUALIDADE NA EDUCAÇÃO

1.1 Educação a Distância e Gestão

A formação inicial não é suficiente para garantir o desenvolvimento de competências e habilidades destinadas à construção dos saberes e fazeres inerentes à prática pedagógica e o exercício da profissão docente. Existe a necessidade de uma formação continuada ao longo da vida, pois conforme Lévy (1999, p. 157), “[...] a maioria das competências adquiridas por uma pessoa no início de seu percurso profissional estarão obsoletas no fim de sua carreira”.

Dessa maneira, é impossível pensar em professores com conhecimentos estanques, que não renovam e [re]significam seus conhecimentos; eles são desafiados a interagir, a se posicionar e a encontrar estratégias para a melhoria da ação docente e, em especial, do processo de ensino e de aprendizagem, cotidianamente.

Para o aperfeiçoamento e o aprimoramento do trabalho docente, evidencia-se necessário que o professor esteja em constante formação, seja em cursos de capacitação, de especialização, seja na própria escola, em instituições especializadas, ou, mesmo, a distância. Dessa maneira, a EaD, justamente, por ser uma modalidade de ensino em que se utiliza o tempo e o espaço que os sujeitos dispõem para estudar, é um *lócus* alternativo para a [re]construção e consolidação do conhecimento.

Referente a Educação a Distância (EaD), modalidade de ensino que surgiu com o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96, verifica-se que ela é mais antiga do que pensamos, ela iniciou com o ensino por correspondência, passando pelo rádio, televisão e, hoje, com o computador e a internet. Segue os mesmos modelos da indústria: fordismo, neofordista e pós-fordista (BELLONI, 2009).

O modelo fordista de EAD pressupõe: racionalização, divisão do trabalho e a produção de massa, uma forma industrial da educação. Com o passar do tempo, com as crises e transformações do capitalismo e os avanços tecnológicos, o modelo fordista começou a demonstrar o seu esgotamento. Vieram novos modelos:

neofordismo com estratégias de produção de novos produtos, alta inovação tecnológica dos produtos que visavam segmentos específicos do mercado; pós-fordismo investindo na responsabilização do trabalho, principalmente na educação (BELLONI, 2009).

Acredita-se que a EaD deveria se identificar com o modelo pós-fordista, pois esse está mais de acordo com as novas exigências da educação, com uma gestão que se aproxima de princípios democráticos, com pessoas capazes de tomarem decisões, pessoas que se importam com a qualidade da educação e junto com a comunidade escolar tomam decisões compartilhadas; o que faz com que se sintam responsáveis pelos resultados.

Porém, segundo Belloni (2009, p. 18),

O modelo de EaD tem sido identificado com os modelos fordistas de produção industrial por apresentar as seguintes características principais: racionalização, divisão acentuada do trabalho, alto controle dos processos de trabalho, produção de massa de 'pacotes educacionais', concentração e centralização da produção, burocratização.

Verifica-se que alguns cursos de EaD ainda priorizam os preceitos organizacionais do modelo fordista, em que cada pessoa é responsável pela sua função sem visualizar o contexto geral; a criação do curso é fragmentada, os tutores não interferem no conteúdo, preocupam-se mais com a produção de massa, em atender muitas pessoas ao mesmo tempo, sem pensar em um curso de qualidade voltado para a aprendizagem significativa.

Belloni (2009), ainda, traz que esse modelo já está sendo criticado e que, citando Rumble (1995), coloca que o problema é que são poucos os sistemas de EaD que estão atendendo ao mercado de massa, e que muitas instituições de EaD que utilizam o modelo fordista se misturam com práticas artesanais, pré e pós-fordista. Dessa maneira, não se pode afirmar que a EaD possui um único modelo, mas, sim, utiliza a concepção e cultura organizacional que mais convém ao momento e a cada curso.

Fontana (2006) questiona sobre a quebra de paradigma quanto a questão pedagógica na EaD. Pergunta se ela seria uma verdadeira democratização do ensino ou somente parte de um processo inevitável. Acredita-se que a EaD concretiza a democratização do ensino, uma vez que consegue minimizar distâncias, alcançar muitas pessoas que não possuem tempos e espaços em datas/horários engessados/fechados para realizar um curso presencial e, também, apresenta um

universo vasto de recursos. Porém, muitas pessoas não possuem acesso ao computador e a internet, que no Brasil, ainda, o custo é muito alto, principalmente as classes mais desfavorecidas economicamente.

O que não se pode negar é que a EaD é um processo inevitável, pois a tecnologia está em todos os campos e não poderia estar à margem da educação, principalmente porque pode ajudar a minimizar indicadores de analfabetismo, de falta de profissionalização, de não formação básica ou superior, bem como ampliar indicadores de formação inicial e continuada. Num país como o Brasil, que é continental, potencializar formação inicial e continuada a todas as pessoas, em qualquer lugar, até mesmo nos próprios lugares de serviço onde os trabalhadores podem se capacitar e aperfeiçoar seus conhecimentos torna-se, cada vez mais, prioridade. Dessa maneira, considera-se importante priorizar a qualidade da oferta da modalidade EaD e, para isso, torna-se indispensável que a gestão dos cursos de formação inicial e continuada seja de qualidade.

Pode-se fazer um paralelo com a quebra de paradigma do modelo de EaD (FONTANA, 2006) com a gestão educacional em que a concepção de gestão supera as limitações da administração, com a mudança de comportamento, de foco e de práticas e que, por esta razão, a gestão de maneira democrática requer participação de todos os segmentos da escola, com processo colaborativo em que todos se sintam protagonistas e responsáveis pelo todo da escola, voltados para a qualidade educacional e a criação de uma identidade da escola (LÜCK, 2013).

O que se verifica é que a EaD muitas vezes é caracterizada como um ensino desqualificado, inferior ao presencial. Mas verifica-se que isto está mudando, há instituições que utilizam tanto o presencial quanto a distância em seus cursos e que possuem a mesma qualidade com os docentes do curso presencial, estrutura curricular própria, discussões e atividades reflexivas sobre os conteúdos.

Quando o modelo fordista foi transferido para a educação, era o que se tinha de melhor. Com o tempo foram surgindo outros estudos, teorias e métodos mais eficazes para a educação, então não podemos mais pensar em metodologias ultrapassadas. O mundo evoluiu, a sociedade evoluiu, a sociedade cobra cada vez mais uma educação de qualidade para seus filhos, e a escola precisa se adaptar a esse novo mundo, precisa escutar quais são as necessidades da comunidade.

Não há uma definição unânime de EaD pelos autores, percebe-se que as suas principais características são: distância em termos de espaço, separação no

tempo, separação do professor/aluno e a utilização das tecnologias (BELLONI, 2009). Entretanto, nesse estudo busca-se uma definição mais consistente com os desafios e a demanda atual existente, o conceito de EaD que se pretende trazer nesse estudo propõe superar a questão da educação de massa, a falta de tempo dos alunos, a dificuldade com a presença em sala de aula, e no artigo 1º do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, quanto a definição da EaD,

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Considera-se, sobretudo, um curso a distância comprometido com o pensamento de expandir a educação conforme a necessidade de formação contínua dos profissionais, a partir de uma formação crítica para qualificar e otimizar o trabalho dos conselheiros de educação e, respectivamente, as políticas públicas e os processos de gestão da educação municipal.

Um dos importantes aspectos da EaD a ser considerado é referente a gestão do curso. Conforme Ferreira (2004, p. 1241): “Gestão significa tomada de decisões, organização, direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir suas responsabilidades”.

Para Lücke (2013) o conceito de gestão supera o de administração e envolve elementos culturais, políticos e pedagógicos. Na gestão o que se preconiza é uma nova ótica de direção, viltada para a transformação das instituições e de seus processos, como meio para a melhoria das condições de funcionamento do sistema de ensino e de suas instituições. É deixar de lado a ótica fragmentada e assumir uma posição globalizadora; da limitação de responsabilidade para a sua expansão; da ação episódica para um processo contínuo; da hierarquização e burocratização para a coordenação; e da ação individual para a coletiva (LÜCKE, 2013).

A gestão é caracterizada pelo reconhecimento da importância da participação consciente e esclarecida das pessoas nas decisões sobre a orientação e planejamento de seus trabalhos, está associada ao fortalecimento da democracia do processo pedagógico, à participação responsável de todos nas decisões necessárias e na efetivação mediante um compromisso coletivo com resultados educacionais cada vez mais efetivos e significativos (LÜCKE, 2013).

Segundo Libâneo (2004, p.100) a gestão é a “[...] tomada de decisões e a direção e controle dessas decisões” e os processos de gestão, organização e direção “[...] assumem diferentes significados conforme a concepção que se tenha dos objetivos da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos” (p. 101).

O autor destaca a distinção entre as concepções científico-racional e a sociocrítica. Na científico-racional prevalece a visão burocrática, tecnicista e racional com ênfase na estrutura organizacional, definição rigorosa de cargos e funções, hierarquia de funções, normas e regulamentos, direção centralizada com planejamento com pouca participação das pessoas. Já a concepção sociocrítica é focada em questões mais críticas, com um sistema que agrega pessoas, com caráter intencional de suas ações, com a vigência de formas democráticas de gestão e de tomada de decisões (LIBÂNEO, 2004).

Com relação a gestão do pedagógico, Ferreira (2008, p. 183-184) destaca que é “[...] o trabalho, a profissionalidade dos professores, seus aportes teórico-metodológicos, em suma, todos os aspectos orientadores e determinantes na produção da aula e, em decorrência, na produção do conhecimento [...]”. Dessa maneira, a gestão do pedagógico é essencial do professor superando a docência, abrangendo todas as atividades desde o estudo e o planejamento da aula até a sua execução, a ação-reflexão-ação das decisões e organização do pedagógico, refletindo sobre a aprendizagem, mas sem deixar de lado o ensino. A prática com um planejamento das intencionalidades sustentada teoricamente, fazendo a relação teoria-prática.

E não podemos pensar em um curso, mesmo que a distância, sem ser embasado na gestão democrática que é uma das garantias fundamentais para a educação nacional previsto na Constituição Federal do Brasil (CF/88), no artigo 206, bem como no artigo 14 da LDB/96.

Souza (2005, p. 15) descreve a gestão democrática como sendo

[...] o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

A gestão democrática é um processo contínuo, com princípios e depende da participação, da descentralização do poder e autonomia no seu cotidiano que pressupõem uma gestão compartilhada, no momento de decisões sobre a orientação, planejamento, execução e avaliação, importantes para a democratização das instituições de ensino. Não basta apenas oferecer alguns momentos de participação, todos precisam se considerar responsáveis pelos resultados, dessa maneira há uma ação coletiva.

1.2 Qualidade da Educação

As discussões sobre a qualidade da educação, referenciais e parâmetros que possam identificar o que seria essa qualidade, estão cada vez mais em debate, em conferências, seminários, estudos, principalmente ligados ao governo que se materializa nas políticas educacionais.

Referente a educação, o termo qualidade está explícito em diversos documentos, alguns artigos da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) se confirmam na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação – Lei nº 9.394 (BRASIL, 1996), conforme segue nos destaques abaixo:

- A Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), no art. 206 e a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (BRASIL, 1996) no art. 3º apontam a garantia de padrão de qualidade como um dos princípios inter-relacionado ao ensino que será ministrado.
- O art. 209 da Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988) e 7º da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (BRASIL, 1996) destacam que o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), em seu art. 214, determina que:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

No art. 4º da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (BRASIL, 1996) está explícito o dever do Estado com a educação escolar pública e a garantia de padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

Verifica-se que muito se tem discutido e proposto sobre o conceito de qualidade, dessa maneira, questiona-se qual a qualidade a que se referem os documentos já mencionados. Acredita-se, então, oportuno destacar o conceito de qualidade sob o viés de alguns autores: Dourado e Oliveira (2009), Gadotti (2010) e Morosini (2001).

Dourado e Oliveira (2009) compreendem a qualidade em uma perspectiva polissêmica e que o alcance dessa qualidade está relacionado aos diferentes espaços, atores e processos formativos, nos diferentes níveis, ciclos, modalidades educativas, trajetória histórico-cultural e o projeto de nação. Para os autores, a qualidade é um conceito histórico que se altera no tempo e no espaço conforme as demandas e exigências da sociedade.

Nos estudos de Dourado, Oliveira e Santos (2007) destacam que há dimensões extra e intraescolares que precisam ser observadas quando se trata de qualidade da educação. A dimensão extraescolar abrange a dimensão socioeconômica, cultural, o espaço social e as obrigações do Estado. Já a dimensão intraescolar compreende o plano do sistema (condições de oferta de ensino); o plano de escola (gestão e organização do trabalho escolar); o plano do professor (formação, profissionalização e ação pedagógica); e o plano do aluno (acesso, permanência e desempenho escolar).

Gadotti (2010), também, destaca que o conceito de qualidade da educação é polissêmico e descreve as mesmas dimensões já citadas por Dourado, Oliveira e Santos (2007). Porém, avança no requisito sobre a qualidade da EaD, afirmando que

A qualidade da EaD não pode ser medida pelos mesmos critérios da educação presencial. A EaD não é só uma outra modalidade de ensino. É também outro paradigma, com outra pedagogia. Isso fica claro, sobretudo, quando se trata do estudante adulto, o qual precisa ser mais autônomo e responsável pela sua formação (GADOTTI, 2010, p. 23).

Gadotti (2010) compreende a qualidade da educação como uma educação integral, uma qualidade social da educação, ligada ao bem-viver de todas as comunidades.

Morosini (2001) em seus estudos nos aponta 3 conceitos de qualidade: isomorfismo, diversidade e equidade. A qualidade como sinônimo de isomorfismo é vista como uma avaliação institucional estandardizada imbricada com a ideia de empregabilidade que para a autora é o “[...] desenvolvimento de capacidade crítica no processo de aprendizagem continuada” (2001, p.92) com foco no “[...] fortalecimento de estudantes para transformarem-se em aprendizes críticos e reflexivos” (2002, p. 92). Assim, a qualidade estaria inter-relacionada com a formação crítica e reflexiva dos estudantes em sua própria formação.

A qualidade como diversidade também é vista com indicadores estandardizados, mas leva em conta o respeito a especificidade. Conforme Morosini (2001), para a UNESCO a qualidade e a diversidade são os eixos das políticas educativas. A qualidade com equidade também é defendida pela UNESCO, duas ideias são defendidas: os conceitos são considerados inseparáveis e a “[...] comunidade educativa é responsável pela aplicabilidade e o êxito ou fracasso de políticas educativas de qualidade com equidade” (MOROSINI, 2001, 98).

Dourado e Oliveira (2009) destacam a importância de definir padrões de qualidade de ensino, entretanto consideram que há dificuldades e diferenças na definição de um padrão único de qualidade por causa do cenário desigual da educação brasileira. Dessa maneira, entendem

[...] fundamental estabelecer a definição de dimensões, fatores e condições de qualidade a serem considerados como referência analítica e política no tocante à melhoria do processo educativo e, também, à consolidação de mecanismos de controle social da produção, à implantação e monitoramento de políticas educacionais e de seus resultados, visando produzir uma escola de qualidade socialmente referenciada. (p. 207).

Diante da necessidade da criação e indicação de parâmetros de qualidade para a avaliação da educação, o MEC, no período de 2004 a 2009, publicou diversos documentos sobre a qualidade da educação, entre eles: Indicadores da Qualidade na Educação (2004), Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil – Volume I e II (2006), Referenciais da Educação Superior a Distância (2007) e Indicadores da Qualidade na Educação Infantil (2009).

Os Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância foi publicado pela extinta Secretaria de Educação a Distância (SEED/MEC), no ano de 2007. O documento apresenta algumas definições de princípios, diretrizes e critérios a serem observados pelas instituições de educação superior a distância, apresenta, assim, um conjunto de definições e conceitos para garantir a qualidade da educação na modalidade a distância, assim como, coibir a precarização da educação superior (BRASIL, 2007).

Nessa pesquisa são tratados apenas os Referenciais da Educação Superior a Distância por se tratar de um curso na modalidade a distância, desenvolvido por uma Instituição de Ensino Superior (IES), pois, conforme consta no documento, mesmo sem ter força de lei, o documento pode embasar a reflexão e a elaboração de referenciais de qualidade para os outros níveis educacionais a distância e definindo-se como um “[...] referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que se referem aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da modalidade citada” (BRASIL, 2007, p. 2). Dessa maneira, configura-se um documento essencial para os gestores que primam pela qualidade nos cursos ofertados.

Nos Referenciais da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) consta que os aspectos a serem considerados nos projetos de cursos a distância devem compreender aspectos pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura, e para dar conta desses aspectos, as seguintes dimensões devem ser definidas no projeto do curso: a) concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem; b) sistemas de comunicação; c) material didático; d) avaliação; e) equipe multidisciplinar; f) infraestrutura de apoio; g) gestão acadêmica-administrativa; e h) sustentabilidade financeira. A seguir, apresenta-se uma breve descrição do que seriam essas dimensões conforme os Referenciais da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007).

- *Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem:* tratam sobre os aspectos epistemológicos de educação, currículo, ensino, aprendizagem e de perfil do estudante que se deseja formar. Nesse item devem constar a organização do curso, instrumentos de avaliação, mecanismos de recuperação e prever módulo introdutório sobre as tecnologias.

- *Sistemas de comunicação*: a interação é o foco fundamental, os requisitos para o projeto do curso deverá: descrever como será essa interação, a quantificação de tutor/estudante e as horas disponíveis para o atendimento, informar sobre os momentos presenciais, cronograma do curso, entre outros.
- *Material didático*: o documento prevê que devem passar por um rigoroso processo de avaliação e pré-testagem para que os ajustes possam ser realizados antes do curso iniciar e que os materiais sejam produzidos por uma equipe multidisciplinar com diferentes conhecimentos na área pedagógica, diagramação, ilustração e desenvolvimento.
- *Avaliação*: são tratados duas dimensões: a avaliação da aprendizagem e institucional. Avaliação da aprendizagem deve ser um processo contínuo, para verificar o progresso dos alunos, um permanente acompanhamento que identifique as dificuldades de aprendizagem a tempo de saná-las antes do fim do curso. A avaliação institucional abrange aspectos da organização didático-pedagógico, corpo docente, corpo de tutores, corpo técnico-administrativo, discentes, instalações físicas e meta-avaliação (auto-avaliação e avaliação externa).
- *Equipe multidisciplinar*: composição dos recursos humanos, apresentar quadro com as funções e das atividades inerentes a cada um, destacam que três categorias são essenciais para a oferta de qualidade: docentes, tutores e corpo técnico-administrativo.
- *Infraestrutura do curso*: recursos humanos e material imprescindíveis a execução do curso. Compreende: infraestrutura acadêmico-operacional nas instituições, polo de apoio presencial, laboratórios de informática, secretaria e salas.
- *Gestão acadêmico-administrativa*: suporte aos estudantes, matrículas, inscrições, requisições, acesso às informações institucionais, secretarias, tesourarias, entre outros necessários ao apoio ao aluno.
- *Sustentabilidade financeira*: refere-se aos investimentos do curso, com produção de material didático, capacitação da equipe, implantação de polos, investimentos tecnológicos para o sistema de educação a distância.

Como no próprio documento destaca que não há um modelo único de EaD, é imprescindível a observação desses tópicos na elaboração do projeto do curso para ter claro qual a metodologia e o tipo de modelo de EaD que se pretende no curso.

Destaca-se que o modelo adotado de qualidade nessa pesquisa está embasado nos estudos de Dourado, Oliveira e Santos (2007), principalmente no que se refere a dimensão intraescolar que compreende o plano do sistema (condições de oferta de ensino); o plano de escola (gestão e organização do trabalho escolar); o plano do professor (formação, profissionalização e ação pedagógica); sem no entanto, destacar a questão do plano do aluno (acesso, permanência e desempenho escolar).

1.3 Formação Continuada e o Pró-Conselho

Percebe-se necessário que o professor se prepare para realizar diferentes atividades que podem surgir durante a sua vida profissional, muitas vezes, além de ser professor, de estar em sala de aula, desempenha algumas atividades que envolvem o planejamento de estratégias, de marcos legais, como a questão do Conselho de Educação como locus de gestão colegiada da educação.

Dessa maneira, a formação continuada constitui-se uma das finalidades da educação a distância que é uma modalidade educativa que viabiliza a participação e o acesso de todos e todas no sentido de atender a um número maior de pessoas, independente de onde estejam. Certamente, se refere a uma formação mais ampla para quem não tem tempos e espaços em datas/horários engessados/fechados de cursos presenciais para continuar seus estudos e aprendizagens. Também, é por meio desta modalidade que muitos trabalhadores, no mundo inteiro, tem acesso e oportunidade à formação inicial e continuada. Nesta perspectiva, é elementar que sejam potencializadas condições para que todos, incluindo os docentes possam se capacitar e aperfeiçoar seus conhecimentos, saberes e fazeres para exercer sua profissão de maneira cada vez mais competente e qualificada.

Fortalecer a figura do Conselho de Educação como agente desse processo de execução das políticas públicas em educação perpassa, primeiramente, pela formação dos profissionais que atuam em seu contexto. Nesse sentido, a Educação à Distância vem potencializando transformar esse cenário com formação continuada dos Conselheiros e Técnicos da Educação por meio do Pró-Conselho.

Conforme Rumble (2003, p. 23), “[...] uma outra instância interessada neste processo é o governo. É ele quem provê grande parte dos recursos necessários para a instituição de um sistema de ensino a distância”. Dessa maneira, o curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação constitui uma das iniciativas do Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), destinado à formação continuada de Conselheiros que atuam nos Conselhos de Educação e à formação de novos Conselheiros a partir da criação de Conselhos Municipais de Educação no país.

Cabe destacar que o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação (Pró-Conselho), que é um Programa Governamental (SEB/MEC), foi instituído no ano de 2003 com a Portaria Ministerial nº 3.272, de 6 de novembro de 2003, para desenvolver a política de democratização da gestão educacional, realizada em regime de parceria com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, a União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), com a participação e apoio de outros parceiros.

O Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação é desenvolvido em parceria com as Instituições de Ensino Superior, e desde o seu início vem contando cada vez mais com a participação de novas instituições, nos anos de 2014 e 2015 o programa já conta com a parceria de 18 universidades que contemplam todos os estados e a Universidade de Santa Maria é a gestora do curso Pró-Conselho/UFSM no Rio Grande do Sul.

No período de 2003 a 2009 o curso era ofertado presencialmente, em três etapas: Sistema de Informações dos Conselhos Municipais de Educação (SICME), encontros estaduais de capacitação de Conselheiros Municipais de Educação e o terceiro era estabelecido pelas assinaturas e distribuições da Revista documentada do Conselho Nacional de Educação. Desde 2009 o curso passou a ser ofertado na modalidade a distância, via ambiente Moodle.

2 METODOLOGIA

A pesquisa realizada embasou-se em uma abordagem quanti-qualitativa, pretendeu-se traduzir em categorias e indicadores as informações da pesquisa para classificá-las, organizá-las e analisá-las estatisticamente e subjetivamente.

As pesquisas quantitativas “[...] são amplamente utilizadas quando a intenção é garantir a precisão dos resultados, evitando distorções de análise de interpretação e possibilitando, em consequência, uma margem de segurança quanto às inferências” (MICHEL, 2005, p. 33). Segundo Minayo (2010), alguns dados coletados não podem ser traduzidos em números, dessa maneira, a pesquisa qualitativa ocupa-se com a realidade que não pode ser quantificada ou mensurada, pois utiliza informações subjetivas como valores, atitudes, motivos, crenças, concepções, entre outros.

Nessa pesquisa, os dados são oriundos das observações da pesquisadora, das atas das reuniões e documentos do curso do Pró-Conselho/UFSM. Esses dados foram tratados, primeiramente, estatisticamente para se ter uma ideia de quantas vezes as categorias apareciam nos documentos. Após foi realizada a análise do conteúdo dessas informações, quais seus significados e concepções.

Utilizou-se o estudo de caso, tendo por base a observação participante. O estudo de caso consiste numa pesquisa aprofundada de um determinado objeto permitindo seu detalhamento, segundo Lima (2004), o estudo de caso possibilita uma imersão integral, profunda e minuciosa do pesquisador sobre a realidade investigada. Assim, nesta pesquisa, o estudo de caso serviu para aprofundar os estudos e verificar qual a relação da gestão de um curso de extensão a distância com os pressupostos legais que o embasam.

Com a intenção de retratar a realidade do trabalho dos gestores do curso, a observação participante foi primordial para o estudo, já que o objeto de estudo encontra-se no ambiente natural de trabalho da pesquisadora, e nesse sentido, não apenas houve a oportunidade de observar as proposições e ações, mas, também, intervir e contribuir na gestão do curso mencionado. Conforme Vianna (2007, p. 51) o pesquisador nesta ótica “[...] mergulha no campo, observa segundo a perspectiva de um membro integrante da ação e também influencia o que observa graças à sua

participação”. As vantagens de uma observação participante, segundo Wilkinson (1995, apud VIANNA, 2007, p. 50),

[...] i) possibilita a entrada a determinados acontecimentos que seriam privativos e aos quais um observador estranho não teria acesso aos mesmos; ii) permite a observação não apenas de comportamentos, mas também de atitudes, opiniões, sentimentos, além de superar a problemática do efeito do observador.

Dessa maneira, o pesquisador conhece a equipe gestora, atua junto com eles, conhece sua formação, suas experiências e motivações.

A coleta de dados foi realizada junto ao Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais de Educação – Pró-Conselho da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no RS, tendo por parâmetro o período de março de 2013 a agosto de 2014, abrangendo a 1ª e a 2ª edição do curso. Os sujeitos da pesquisa foram os gestores do curso: um Coordenador Geral, um Coordenador Adjunto (local), um Coordenador Adjunto (Pedagógico), um Supervisor de Curso e quatro tutores, totalizando 8 sujeitos.

Realizou-se uma análise documental, tendo por foco a legislação vigente quanto às disposições do MEC sobre a Educação à Distância fazendo a inter-relação com a Proposta do Curso de Formação Continuada de Conselheiros Municipais da Educação em nível nacional e, também, a documentação do Pró-Conselho/UFSM.

A análise documental permite uma nova interpretação ou complementar sobre o que está sendo investigado; é fundamental quando se deseja explorar a relação entre o que se propõe e o que se concretiza na realidade. Segundo Lima (2004, p. 114),

[...] permite ao pesquisador contextualizar o objeto da investigação de modo a resgatar perspectivas culturais, sociais, históricas, econômicas e políticas que influenciam diretamente o fato/fenômeno estudado sem, no entanto, provocar algum tipo de alteração no comportamento dos sujeitos envolvidos.

Os documentos analisados originam-se de arquivos públicos, disponíveis *online* no *site* do MEC e documentos do curso do Pró-Conselho/UFSM disponíveis no próprio curso na UFSM, disponibilizados pela Coordenadora Geral do Curso. Esses documentos possibilitaram um estudo histórico e político-pedagógico sobre o tema pesquisado, realizando a inter-relação entre a proposta do curso e as disposições do MEC. Também, analisou-se os relatórios parciais e finais (1ª e 2ª

edição do curso) e as Atas das reuniões dos gestores, tutores e apoio administrativo e de informática. Essas atas foram essenciais para mapear os encaminhamentos de gestão pedagógica durante o desenvolvimento do curso.

A análise de conteúdo foi realizada com amplo objetivo de descrever, analisar e interpretar os dados obtidos nesta pesquisa. Segundo Bardin (1979, p. 42, apud GOMES, 2010), a análise de conteúdo se refere a um

[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Para tanto, as informações coletadas na pesquisa foram categorizadas, inferidas, descritas e interpretadas conforme o problema e os objetivos propostos, seguindo uma análise temática que tem como conceito central o tema que pode ser representado por uma palavra, uma frase ou, até mesmo, um resumo (GOMES, 2010).

3 DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A partir do processo de construção dos dados foi possível se chegar a alguns resultados e a definição de categorias de análise inter-relacionadas as disposições do MEC, em especial os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância (2007) e a proposta do curso do Pró-Conselho/UFSM, e os encaminhamentos da equipe gestora do curso que possam qualificar a oferta do curso de formação continuada dos Conselheiros Municipais de Educação, que serão descritas e analisadas abaixo.

3.1 Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância e a proposta do Pró-Conselho/UFSM

A partir do advento da LDB/96, artigo 80, tornou-se possível a realização da educação a distância em todos os níveis e modalidades de ensino. No Artigo 60, § 2º, traz que a “[...] formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância”. Diante desse contexto, a educação a distância vem sendo utilizada principalmente na educação superior, em cursos de formação inicial, formação continuada, extensão e cursos de capacitação.

Com a Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, que prevê a oferta de disciplinas na modalidade semi-presencial que não ultrapassasse 20% da carga horária total do curso, houve um grande avanço nos currículos das IES que puderam adotar uma metodologia integrada entre o presencial e a distância, utilizando o que cada uma possui de melhor. Moran (2004, s/p) coloca: “É fundamental hoje pensar o currículo de cada curso como um todo, e planejar o tempo de presença física em sala de aula e o tempo de aprendizagem virtual”. Dessa maneira, podem ser utilizados recursos de ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle, há possibilidades para reflexões sobre textos, comentários, postar projetos, trabalhos e atividades das disciplinas, fórum, chat, e ainda avaliar os alunos, as discussões podem iniciar na sala, presencial e continuar no virtual.

No ano de 2005 foi publicado o Decreto nº 5.622 com o objetivo de regulamentar o artigo 80 da LDB/96, definindo a caracterização da EaD, os níveis e

modalidades que podem ser ofertados na modalidade a distância, avaliação nos cursos, credenciamento e autorização das instituições para a oferta de cursos e programas na modalidade EaD, orientações para a oferta de EaD na Educação Básica, nos cursos superiores, nos cursos e programas de pós-graduação, entre outras disposições. Ainda se tratando do Decreto nº 5.622/2005, no artigo 7º, define que os atos do Poder Público serão embasados nos Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância de 2007.

Tendo como foco o problema e os objetivos propostos nessa pesquisa, segue-se uma análise da proposta do curso do Pró-Conselho/UFSM, entrecruzando aos Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), em especial no que tange aos projetos de cursos a distância. Destaca-se que além da análise do projeto do curso, os dados abaixo são oriundos das análises das atas das reuniões, relatórios do curso e da observação participante da pesquisadora.

3.1.1 Concepção de educação e currículo

A política nacional de democratização da educação e a política de formação e valorização profissional está entrelaçada com a proposição de programas e ações governamentais que potencializam sua consecução e fortalecimento da formação dos conselheiros de educação e seus lócus de atuação, os CME.

Para tanto, o Pró-Conselho desenvolvido pela Universidade Federal de Santa Maria no RS (Pró-Conselho/UFSM) iniciou as atividades da 1ª edição em setembro de 2012, com o objetivo de “Capacitar Conselheiros Municipais de Educação e/ou Técnicos do quadro efetivo das Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul [...]” (UFSM, 2012, p. 3), com a intenção de qualificar a atuação dos conselheiros e/ou técnicos e, assim, fortalecer os CME e contribuir na criação desses nos municípios em que ainda não foram criados.

O Pró-Conselho/UFSM se concretiza a partir de um curso de extensão a distância com carga horária total de 180h, com 164h a distância, ofertado via internet, em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA (Plataforma Moodle¹) e 16h com a previsão de encontros presenciais com oficinas, com previsão de duração de 6 meses.

¹ Disponível em: <http://ccmers.proj.ufsm.br/moodle/>

Os princípios fundamentais no curso, elencados no Guia de Diretrizes (UFSC, 2009) estão ancorados na interação, cooperação e autonomia, e destacam que sua implementação possibilitará a qualidade do curso. A interação refere-se a comunicação e participação dos cursistas e dos tutores no ambiente do curso oportunizando a troca de experiências. A cooperação exige a colaboração e participação dos envolvidos para alcançar um objetivo compartilhado. Quanto a autonomia, destaca-se: “Domínio crítico e referenciado do conhecimento; capacidade de decidir, de processar e selecionar informações; envolve criatividade e iniciativa” (UFSC, 2009, p. 11).

A estrutura curricular do curso está organizada em três estágios: Introdução, Aprofundamento e Integrado. No total são cinco módulos com oficinas (encontros presenciais). Esses módulos são complementares e dão subsídios teóricos e práticos para a elaboração do Projeto Integrador ao final do curso e “[...] terão como objetivo estabelecer uma relação entre a experiência pessoal e profissional dos conselheiros e os conteúdos estudados nos módulos temáticos” (UFSM, 2012).

Na introdução são tratados assuntos relacionados a educação e tecnologia (Módulo 1 – 28h) com conteúdos que darão uma base sobre o curso e a familiarização com o AVEA, e as questões das novas tecnologias da informação e comunicação e a sua relação com a educação. Esse módulo é pré-requisito para todos os cursistas.

O aprofundamento contempla módulos com carga horária de 32h: módulo 2 relacionado a princípios, estrutura e funcionamento do CME; módulo 3 referente a subsídios para atuação do conselheiro; módulo 4 que diz respeito ao Conselho Municipal e as políticas públicas. O último estágio (integrado) com o Módulo 5 se relaciona ao Projeto Integrador (40h), sendo que é a finalização do curso com a elaboração de um projeto teórico-prático a partir da realidade do seu município, que articule a teoria com uma situação problema diagnosticada no município.

O cronograma do curso foi planejado conforme os módulos e a carga horária já destacados. Na 1ª edição e na 1ª oferta da 2ª edição foi feita a opção por uma semana de intervalo entre o módulo 2 e o 3; na 2ª oferta da 2ª edição a equipe, em reunião, decidiu deixar essa semana de intervalo entre um módulo e outro, para que os cursistas pudessem recuperar as atividades e participar nos fóruns de maneira a minimizar a evasão no curso e dar tempo aos tutores para feedback.

Os encontros presenciais são realizados no início do curso no módulo 1 e no final do módulo 4 ou início do módulo 5. Esses encontros são primordiais para orientações sobre todas as ferramentas que o ambiente disponibiliza, login, senha, conteúdos, avaliação, assim como a apresentação da equipe e dos cursistas (módulo 1), e no final do curso (2º encontro) para estudo, discussões e instrumentalização sobre a elaboração do Projeto Integrador.

Conforme consta no Guia de Diretrizes do curso, a relevância do projeto está na “[...] articulação entre sua intenção formativa e a adequação da formação à modalidade a distância” (UFSC, 2009, p. 9). Como já mencionado nessa pesquisa, no período de 2005 a 2009 o curso era ofertado na modalidade presencial e a partir de 2009 passou a ser organizada na modalidade a distância. Dessa maneira, os processos de ensino e de aprendizagem precisaram ser adaptados a um público e uma metodologia diferenciada para que pudessem alcançar todos as pessoas que necessitam de formação continuada para desenvolver suas atividades e funções, que explorasse diferentes materiais didáticos, de formas de interação e de comunicação.

Os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007) ressaltam que no projeto político pedagógico devem estar explícitos a opção de educação, de currículo, de ensino, de aprendizagem, de perfil de estudante, delinear princípios e diretrizes para o processo de ensino e de aprendizagem, assim como, a produção do material didático, de tutoria de comunicação e de avaliação. Destaca-se que as ações de planejamento, organização, monitoramento e avaliação da equipe do Pró-Conselho/UFSM não estão alicerçadas somente no projeto do curso, mas também, nos documentos nacionais do MEC sobre o programa: Livros dos Conteúdos dos Módulos, Caderno de Oficina, Guia de Diretrizes, Guia do Professor Tutor, Caderno de Referência e Guia de Consulta².

Dessa maneira, verifica-se que esses são aspectos importantes e que precisam estar bem definidos, pois precisa haver coerência entre princípios e diretrizes estabelecidos no curso com o tipo de metodologia utilizada o que qualifica a gestão pedagógica do curso e a formação dos conselheiros.

² Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12587&Itemid=881

3.1.2 Sistemas de comunicação

O curso utiliza como suporte o Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA (Plataforma Moodle³) que está hospedado no servidor da Universidade, administrado pelo apoio técnico de informática responsável pela gestão tecnológica do projeto. Como esse curso já estava em andamento em outros estados, como na Universidade de Santa Catarina (UFSC) que desenvolveram e estruturaram o conteúdo no ambiente do Moodle, o *Moodle* Conselheiro da UFSM foi instalado a partir do *Moodle* da UFSC pelo apoio de informática. Depois de instalado, os gestores foram avaliando o ambiente e fazendo ajustes e implementações para adequar as necessidades e especificidades do RS, assim como a forma de gestar o pedagógico do curso.

O Moodle está organizado conforme os 5 módulos do curso, cada módulo está subdividido em unidades que são abertas para visualização dos cursistas por semana com a intenção de tentar “[...] criar uma cultura de estudos e acesso contínuo a fim de que os cursistas não realizem todas as atividades de uma única vez, o que, dessa maneira, seria prejudicial para a aprendizagem, pois não ocorreria a interação nos fóruns dos conteúdos” (NUNES, SILVA, 2014, p. 78). Cada unidade possui materiais diferentes com textos, imagens, fóruns de discussões, fóruns de dúvidas, vídeos, atividades de aprendizagem e uma atividade de avaliação no final do módulo.

Os recursos de comunicação e interação mais utilizados no ambiente são os fóruns e as mensagens instantâneas. Os fóruns são utilizados para a troca de experiência entre os cursistas e os tutores, tira dúvidas sobre o material e sobre as atividades, discussão do material do módulo, notícias do curso. Já as mensagens instantâneas são destinadas a comunicação mais individual entre os cursistas, tutores, coordenadores, apoio administrativo e apoio de informática.

Outra forma de comunicação entre os envolvidos são os e-mails funcionais, cada tutor tem um e-mail da sua turma, também foram criados e-mails para o apoio administrativo, suporte de informática, coordenação pedagógica e coordenação adjunta local. Quando é necessário, a equipe também se comunica por telefone com

³ Disponível em: <http://ccmers.proj.ufsm.br/moodle/>

os cursistas, para verificar a situação, se estão com problemas de acesso ao ambiente, para tentar diminuir a evasão ou reprovação no curso.

Observou-se que no início do curso a interação, principalmente entre tutores e cursistas, era uma das fragilidades do curso, diante das reuniões e avaliações da equipe constatou-se que era necessário haver mais interação dos tutores, principalmente nos fóruns, a interação entre os tutores e os cursistas tem sido um aspecto de constante monitoramento pelo professor supervisor e pela coordenadora pedagógica no ambiente Moodle, pois “Tendo o estudante como centro do processo educacional, um dos pilares para garantir a qualidade de um curso a distância é a interatividade entre professores, tutores e estudantes” (BRASIL, 2007, p. 10).

Com o intuito de divulgar, socializar os conhecimentos e as ações do curso, a equipe realiza e participa de eventos educacionais relacionados a área das políticas públicas e gestão educacional, assim como de grupos de pesquisa, já divulgando/lançando e-book e site do projeto.

O Pró-Conselho/UFSM é parceiro na realização do Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação Básica e Superior⁴, em sua segunda edição, com a UFSM, o Centro de Educação (CE/UFSM), Curso de Especialização em Gestão Educacional (CEGE/UFSM), Grupo de Pesquisa Elos/UFSM e o Observatório de Educação (OBEDUC). Também, a equipe participa de outros eventos com apresentações de comunicações orais, referente aos dados e ações do curso em nível nacional e internacional.

A equipe do curso é integrante do grupo de pesquisa do Observatório de Educação (OBEDUC/UFSM), “*Interlocuções entre políticas públicas e ações pedagógicas: limites e possibilidades*”, vinculado ao grupo de pesquisa Elos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e o Pró-Conselho se constitui lócus de investigação desse observatório que é subdividido em 4 subgrupos. Destacando o nominado Grupo D que trata sobre os Conselhos Municipais de Educação e tem o objetivo de delinear e analisar os limites e as possibilidades dos Conselhos Municipais de Educação, vinculados ao Pró-Conselho no Rio Grande do Sul, considerando a sua conjuntura, proposições e orientações de políticas públicas e marcos legais, assim como de ações desenvolvidas junto as Mantenedoras e

⁴ Disponível em: <http://coral.ufsm.br/seminariopoliticasegestao/2014/>

Escolas públicas, entre outros aspectos subjacentes ao perfil e atuação dos Conselheiros (UFSM, 2013).

No II Seminário Internacional de Políticas Públicas da Educação básica e Superior (outubro de 2014), foi realizado o lançamento do E-book “Interfaces entre Políticas Públicas, Gestão Educacional e Formação Docente” do Pró-Conselho/UFSM com artigos da equipe e convidados que discutem sobre Políticas Públicas, Gestão Educacional, Conselhos de Educação e Formação Continuada. Para o ano seguinte (2015), a equipe já está organizando o lançamento de um livro impresso com as ações do Pró-Conselho/UFSM e contará com parceiros que discutem Conselhos Municipais de Educação.

Outra forma de comunicação e socialização das ações do curso foi a elaboração do site com informações sobre os editais de seleção dos municípios e dos cursistas, seleção da equipe (tutores e apoio administrativo e informática), os encontros presenciais, galeria com fotos, links úteis, dados da equipe, link dos eventos realizados em parceria com o Pró-Conselho/UFSM, link para pesquisar os dados do curso (municípios participantes por regional, cursistas concluintes por município) e os dados do polo (secretaria do curso) na UFSM.

Ressalta-se que no site é possível fazer a pesquisa dos dados do curso de duas maneiras: a primeira é pela seleção do município que se deseja fazer a pesquisa, nesse aparece o nome dos cursistas concluintes separados por edição e qual a regional a que pertence o município; a segunda maneira é pela regional, basta selecionar qual a regional que o sistema informa a sigla e o nome da regional, total de cursista concluintes, quais os municípios que já participaram do curso dessa regional, e, também, é possível visualizar um mapa com a regional em destaque. Esses dados podem ser acessados por qualquer pessoa e estão em constante atualização, esse sistema de dados demonstra a transparência nas ações e encaminhamentos da gestão do curso e aos processos de gestão democrática na perspectiva de que o curso tem recursos públicos e as informações são públicas e precisam ser socializadas e de conhecimento de todas as pessoas que se interessam pela educação.

3.1.3 Material didático

O material didático do curso foi disponibilizado pela SEB/MEC, o ambiente do Moodle foi estruturado pela UFSC, conforme as orientações da SEB/MEC. Antes de iniciar o curso, durante e no final de cada edição, a equipe faz uma avaliação sobre o ambiente do curso e vai fazendo as alterações para ser adequado ao perfil dos cursistas, ao público-alvo a que se destina no RS.

No ambiente Moodle, os tutores utilizam diferentes materiais didáticos que já estavam disponíveis no ambiente que foi organizado pela equipe do Pró-Conselho da Universidade Federal de Santa Catarina e os materiais que foram elaborados e produzidos pela equipe do Pró-Conselho na UFSM. O material base utilizado nos estudos está em formato de texto com o conteúdo discutido nos módulos, há outros tipos e formatos de materiais que possibilitam uma interação e visualização de maneiras diferentes do conteúdo, e materiais complementares, entre eles: biblioteca com links para acesso rápido sobre a legislação educacional, conselhos educacionais, planos de educação e fundos, indicadores da educação, programas e ações do governo federal, entre outros sites de pesquisa e consulta de material didático para a Educação Básica; vídeos com a apresentação do Histórico dos Conselhos Municipais de Educação pelo coordenador da UNCME/RS (2012) no Encontro Presencial da 1ª edição e vídeos com o conteúdo; animações sobre o conteúdo; mapas conceituais do conteúdo; slides com explicações dos conteúdos e das temáticas para a elaboração do Projeto Integrador.

O curso no RS inovou com o acréscimo de mais um módulo no Moodle: Módulo de Suporte na utilização do ambiente virtual, com destaque para vídeos que ensinam como usar o Moodle Conselheiros, noções introdutórias ao ambiente como: alterar a senha de acesso, preencher o perfil, como adicionar ou alterar a foto, como entrar em contato com o suporte técnico, como enviar uma mensagem para um colega, como enviar uma mensagem para o tutor, como postar arquivos em atividades de avaliação, como postar um texto on-line e como visualizar o feedback das atividades de avaliação.

Além de todos esses vídeos dentro do ambiente, na página inicial do Moodle para fazer o acesso com o login e a senha, há informações com o e-mail do suporte técnico caso os cursistas tenham algum problema no acesso ao ambiente e instruções de acesso ao ambiente do curso em PDF com orientações

sobre quais os navegadores de internet que podem utilizar, como chegar ao site do ambiente, como acessar o ambiente, visualização da página inicial do ambiente, como alterar a senha e preencher o perfil, como se comunicar com os tutores e professores, como o ambiente está estruturado, descrição dos tipos de fóruns e recursos disponíveis, explicação sobre o que é a interatividade, e como é realizada a avaliação no curso. Esse documento, também, é entregue no 1º encontro presencial ao início do curso para que os cursistas possam ter a informação sobre como acessar o ambiente.

O material do curso, também, é disponibilizado nos *cadernos online*⁵ e no CD que é gravado e entregue aos cursistas no início do curso no encontro presencial. A intenção de disponibilizar o material em CD é importante, justamente, por verificar nas ligações e comunicações por e-mail que muitos cursistas possuem dificuldades com o acesso direto a internet e não conseguiam fazer a leitura de todos os materiais, ou às vezes não conseguiam baixar o conteúdo para estudar. Com o CD, os cursistas podem visualizar os conteúdos a qualquer hora sem ser necessário estar conectado a internet.

3.1.4 Avaliação da aprendizagem e institucional

Referente aos processos de avaliação pode-se destacar: a avaliação dos cursistas e a avaliação institucional que foram se modificando conforme as edições do curso.

A avaliação e o acompanhamento dos cursistas são realizados ao longo do curso com base na qualidade das atividades de cada módulo, assim como a sua interação e participação nos fóruns. Conforme o projeto do curso

O diálogo constituirá a base principal da avaliação, cabendo aos tutores a iniciativa de proporcionar os estímulos e incentivos necessários ao desenvolvimento dessa prática pedagógica, respeitando e estimulando o participante - parceiro ativo nessa interação. (UFSM, 2012, p. 13).

Os tutores são responsáveis pela avaliação, pelo incentivo ao estudo e interatividades nas atividades desenvolvidas no ambiente do curso. Conforme os Referenciais de Qualidade para a educação Superior a Distância (BRASIL, 2007, p. 16) “[...] devem ser articulados mecanismos que promovam o permanente

⁵ Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12587&Itemid=881

acompanhamento dos estudantes, no intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o processo de ensino-aprendizagem”.

Dessa maneira, com a percepção da equipe da necessidade de padronizar as anotações e informações do acompanhamento e avaliação dos cursistas, que até então era realizada de maneira individual e conforme a sistemática de cada tutora, na 1ª oferta da 2ª edição a equipe elaborou uma planilha de acompanhamento dos cursistas com a descrição de todas as atividades por módulos e por semana, conforme pode-se verificar na figura 1:

MUNICÍPIO/REGIONAL	CURSISTA	MÓDULO 1		MÓDULO 2			MÓDULO 3			MÓDULO 4			MÓDULO 5	Questionário	EP	OBSERVAÇÕES	
Município	Nome cursista	1ª semana	2ª semana	1ª semana	2ª semana	3ª semana	1ª semana	2ª semana	3ª semana	1ª semana	2ª semana	3ª semana		Quest. 1	1ª		
		Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Atividade	Sim		
		Sim	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ	S/Ativ				
		Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Fórum	Quest. 2		
		Sim	Não	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim				
Regional		Atividade de Avaliação	Atividade de Avaliação	Atividade de Avaliação			Atividade de Avaliação			Projeto Integrador		2ª					
		Sim		Sim			Sim						Quest. 3				
		Parecer		Parecer			Parecer			Parecer		Parecer					
		Bom		Muito Bom			Excelente								Sim		
		Parecer Final															

FIGURA 1 – Planilha de acompanhamento dos cursistas
Fonte: Pró-Conselho/UFSM, 2013-2014

A planilha foi disponibilizada no drive (Google) cada tutora tem acesso a sua planilha que foram compartilhadas com os professores, coordenadores e apoio técnico e administrativo que podem visualizar e editar. As tutoras são responsáveis por preencher e atualizar a planilha semanalmente com as informações dos cursistas, os professores, coordenadores e apoio atualizam a planilha quando há alguma comunicação com os cursistas. Verifica-se que as planilhas são importantes ferramentas, pois possibilitam a verificação da situação do cursista e a atualização por todas as pessoas da equipe.

Na atividade de aprendizagem a tutora pode marcar se foi realizada completamente, parcialmente, se não foi realizada ou se naquele módulo não houve atividade; nos fóruns e nas atividades de avaliação podem marcar se houve participação/realização satisfatória, parcialmente ou se não houve participação/realização. O parecer de cada módulo possui os conceitos de excelente, muito bom, bom, regular e insuficiente; e no parecer final do curso, se o cursista foi aprovado, reprovado ou evadido; ainda há informações sobre os

encontros presenciais, se participaram, se não participaram e se enviaram a justificativa de falta.

A avaliação no quinto módulo é diferente, ele não é separado por semanas, pois todas as atividades culminam na elaboração do Projeto Integrador que “[...] contemple a aplicação dos conteúdos trabalhados no curso com uma situação-problema, a ser analisada, tendo em vista, possíveis soluções” (UFSM, 2012, p. 12), para a elaboração do projeto é disponibilizado slides com sugestões de temáticas e modelo de projeto.

A avaliação institucional é realizada durante todo o período do curso e é um diferencial que possibilita a análise dos aspectos que precisam ser ajustados ou corrigidos, os que podem ser mantidos como estão e a rearticulação do curso em função de aperfeiçoar o sistema de gestão e o processo pedagógico. Conforme os Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007), essa avaliação precisa envolver os diferentes atores para ter sucesso: estudantes, professores, tutores e quadro técnico-administrativo. Destaca-se que no curso do Pró-Conselho/UFSM a avaliação é realizada por toda a equipe nas reuniões, a avaliação pelos estudantes/cursistas é realizada por meio de um questionário que é aplicado online, sobre a conjuntura dos Conselheiros Municipais de Educação, e no final do questionário há três perguntas sobre o curso:

1. Os seus estudos e discussões no Pró-Conselho/UFSM podem proporcionar ou estão proporcionando mudanças/melhorias na sua formação e no trabalho desenvolvido junto ao CME? Quais?
2. Quais são as suas percepções e aprendizagens sobre tecnologias digitais/educacionais, a partir da utilização do ambiente moodle do Pró-Conselho?
3. Em quais aspectos você considera que o Pró-Conselho/UFSM pode melhorar?

São questões essenciais que poderiam qualificar as ações e encaminhamentos, assim como mostrar à equipe as percepções dos cursistas sobre o curso, porém esses dados são utilizados somente na pesquisa, na elaboração dos artigos do grupo de pesquisa, eles não são discutidos nas reuniões.

Assim, a avaliação é uma atividade que precisa ser permanente. No curso do Pró-Conselho é realizada constantemente nas reuniões da equipe e na produção de relatórios (parcial e final) do projeto que são enviados ao Gabinete de Projetos

(GAP/CE/UFSM) onde o projeto está registrado, para a Fundação de Apoio a Tecnologia e Ciência FATEC e para a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC).

Os relatórios para o GAP são elaborados no final de cada ano; os relatórios da SEB/MEC que são construídos no após o início e ao final do curso; para a FATEC são semestrais. A elaboração desses relatórios possibilitaram uma avaliação e visão geral do curso referente aos aspectos relacionados ao tripé administrativo, financeiro e, sobretudo, pedagógico do curso, da equipe pedagógica, técnica e tecnológica, tutores, municípios atendidos, processo de seleção dos cursistas, perfil dos cursistas, encontros presenciais (com resultados esperados e obtidos), resultados parciais do projeto, as dificuldades encontradas, organização da gestão do curso, indicadores, avaliação dos aspectos teóricos, metodológicos, tecnológicos, recursos do curso.

3.1.5 Equipe multidisciplinar

Um dos desafios de uma curso de EaD é a formação de uma equipe multidisciplinar e a capacitação dos professores e apoio técnico. O corpo docente do curso é composto por 10 (dez) pessoas (2ª oferta da 2ª edição – 2014), conforme organograma abaixo:

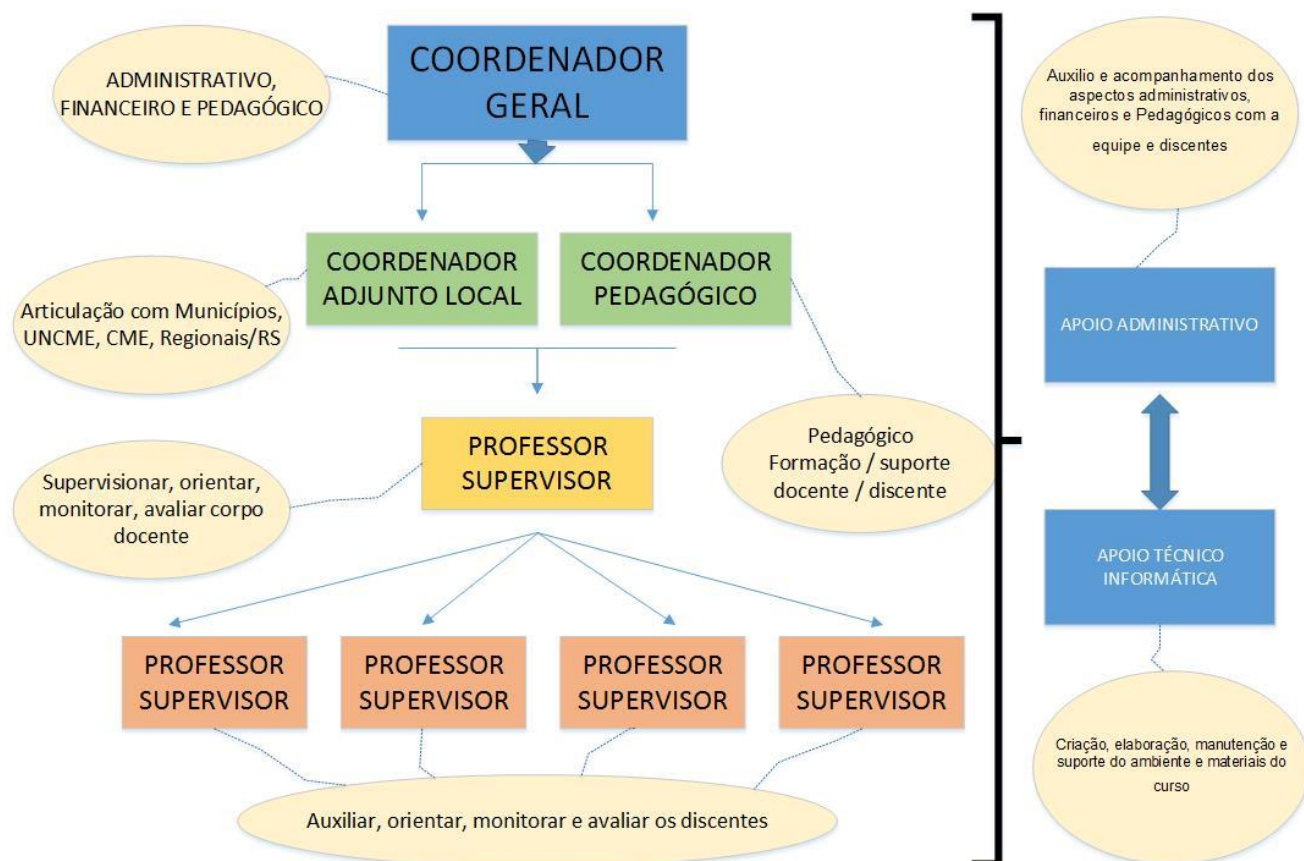


FIGURA 2 – Organograma da composição da equipe Pró-Conselho/UFSM.
Fonte: Plano de Trabalho Pro-Conselho/UFSM, 2013-2014.

Na composição da equipe, o que pode variar é a quantidade de professores tutores, pois depende da quantidade de cursistas matriculados no curso. Na 1ª edição com 156 cursistas, havia 3 tutores, na 1ª oferta da 2ª edição (192 cursistas) e na 2ª oferta da 2ª edição (198 cursistas) ampliou-se para 4 tutores, em média, cada tutor acompanha uma turma de 50 alunos.

Com o objetivo de constituir uma equipe multidisciplinar com diferentes visões, conhecimentos e experiências, seja na área da EAD, dos CME, docência na educação básica e/ou superior com diferentes níveis de formação, o que consolida os processos de gestão e formação de qualidade no curso, estabeleceu-se alguns critérios para seleção que levaram em consideração os seguintes aspectos: formação na área da educação (licenciaturas e pós-graduação); conhecimento/experiência com ambiente virtual de aprendizagem; atuação docente na educação básica e/ou superior; envolvimento/estudos com Conselhos Municipais de Educação e/ou educação a distância; oportunidade a mestrandos e doutorandos na participação no projeto (UFSM, 2012).

Dessa maneira, destaca-se que a equipe é multidisciplinar, composta por graduados, especialistas, mestres e doutores na área da educação que trabalham com os aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos do curso e um graduando na área de informática que desenvolve as atividades referentes a gestão tecnológica do curso. Todas as pessoas estão envolvidas durante todo o curso, no planejamento, na organização e na avaliação o que possibilita uma visão geral, do todo do curso, uma gestão democrática participativa, e não uma visão fragmentada, onde cada indivíduo tem responsabilidade somente com suas funções.

No início do curso a equipe passou por uma capacitação sobre as tecnologias, educação a distância, curso do Pró-Conselho e os Conselhos Municipais de Educação, o que oportunizou um melhor conhecimento desses temas que se concretizou na qualidade das intervenções nos fóruns com os cursistas, assim como na organização e planejamento nos aspectos administrativos, pedagógicos e tecnológicos.

3.1.6 Infraestrutura de apoio

A infraestrutura de apoio ao curso é uma contrapartida da UFSM, que disponibiliza as instalações, equipamentos de informática (computador e impressora), acesso à internet, mesas, cadeiras, armários e ramal telefone com fax. Dessa maneira, a secretaria do curso do Pró-Conselho/UFSM está localizada em uma sala no Centro de Educação na Universidade Federal de Santa Maria (CE/UFSM) no RS, que tem por finalidade o atendimento as necessidades administrativas cotidianas do projeto, ao atendimento à comunidade intra e extra universitária, assim como a demanda de cursistas.

O curso, também conta com outros espaços físicos e recursos tecnológicos para a realização dos encontros presenciais em Santa Maria, entre eles: espaços de formação presencial no NTEM do(s) Município(s) Polo; auditórios e salas de escolas do(s) Município(s) Polo, auditório da Prefeitura Municipal do(s) Município(s) Polo (se houver este espaço disponível), Auditório Audimax – CE/UFSM, Auditório Lince – CE/UFSM, salas – CE/UFSM (UFSM, 2012).

Para a execução do curso, um aspecto importante são as parcerias que auxiliam nos processos administrativos e financeiros do curso. O Pró-Conselho, desenvolvido na UFSM, conta com a parceria da União Nacional Conselhos

Municipais de Educação (UNCME/RS), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Ensino (UNDIME/RS), Conselho Municipal de Educação de Santa Maria (CMESM), Secretaria Municipal da Educação de Santa Maria/RS (SMED), Promotorias Regionais de Educação do RS, com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Além dessas parcerias, o curso forma uma rede de compartilhamento com a Direção do Centro de Educação da UFSM, com a Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN/UFSM), Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência (FATEC/UFSM) e com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC). A Direção do CE/UFSM disponibilizou o espaço físico e os equipamentos para a execução do curso e a instalação da secretaria do curso. A PROPLAN/UFSM cuida do planejamento e da Gestão Administrativa do curso, da estruturação do projeto e proposta orçamentária. O convênio com a FATEC/UFSM é imprescindível, pois realizam todos os processos financeiros, desde o processo seletivo para contratação do apoio técnico e administrativo (CLT), execução de licitações, compra ou contratação de materiais e equipamentos para a plena execução de todas as atividades do curso.

O importante dessa rede é que, justamente, desencadeia a gestão compartilhada com todos os envolvidos com processos especializados, em que a coordenação do curso possui assessoria direta para tratar dos assuntos administrativos e financeiros do curso. Destaca-se que os princípios da gestão democrática estão presentes nas ações de todos: transparência, autonomia, participação, descentralização do poder, desburocratização e ética; esses princípios proporcionam uma ação conjunta, democrática e participativa dos envolvidos, visando um curso de qualidade. Os processos de seleção e licitações são todos ou por meio de editais amplamente divulgados no site da UFSM⁶, do curso⁷ ou da FATEC⁸. O que se verifica é que há descentralização do poder que valoriza o compromisso, a responsabilidade compartilhada com a escola, o CME, a UNCME/RS, a Universidade, entre outros, permeados por processos de autonomia para planejar, executar e avaliar o curso.

3.1.7 Gestão acadêmico-administrativa

⁶ Disponível em: <http://coral.ufsm.br/prpgp/index.php/editais/editais-de-selecao>

⁷ Disponível em: <http://ccmers.proj.ufsm.br/proconselho/category/editais/>

⁸ Disponível em: <http://www.fatecsm.org.br/page.php?acao=licitacaotabela>

O Pró-Conselho/UFSM é um curso de extensão com carga horária de 180h, desenvolvido e gestado pela UFSM, Universidade Pública Federal que tem características próprias e acadêmicas de gestão institucional. Dessa maneira, o curso disponibiliza aos partícipes todas as informações e serviços oferecidas em um curso presencial, como inscrições, matrícula, acesso as informações institucionais, secretaria, comunicação diariamente por e-mail ou por telefone, conforme as orientações dos Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (BRASIL, 2007).

Os editais de seleção dos municípios/cursistas são elaborados em conjunto com a coordenação e com as Pró-Reitorias de Graduação e de Extensão, sendo divulgados no site da UFSM e do curso. O número de vagas em cada edição é estipulado pela SEB/MEC com base na

[...] demanda levantada em pré-inscrição realizada via SIMEC/PAR, assim como por informações oriundas da UNCME/RS e UNDIME/RS, entretanto, a longo prazo, pretende-se estender a abrangência desse Projeto a outras regionais e respectiva demanda estadual (UFSM, 2012, p. 4).

O sistema de inscrição e de matrícula é gerenciado diretamente na secretaria do curso, sob responsabilidade dos coordenadores e do apoio administrativo. As inscrições são efetivadas via assinatura de termo de compromisso de execução do curso, pelo Secretário Municipal de Educação e o cursista, que é enviado para a secretaria do curso por e-mail institucional.

Abaixo, na tabela 1, visualiza-se a quantidade de municípios que compõem cada região, bem como o número de municípios que participaram da 1ª e da 2ª edição do Pró-Conselho/UFSM por região, de acordo com as regiões de abrangência da Fundação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS⁹).

TABELA 1: Indicadores de municípios e cursistas que participaram da 1ª e da 2ª edição do Pró-Conselho/UFSM por região FAMURS.

REGIÕES FAMURS	1ª EDIÇÃO	2ª EDIÇÃO	3ª EDIÇÃO	Municípios da regional	Participantes curso / %
ACOSTADOCE	Barra do Ribeiro,	Cerro Grande do Sul,	Cerro Grande do Sul,	13	5

⁹ Disponível em: <http://www.famurs.com.br/associacoes>

	Cerro Grande do Sul, Guaíba	Tapes	Guaíba, Sertão Santana		38%
AMAJA	Carazinho, Fortaleza dos Valos, Lagoa dos Três Cantos, Não-me-Toque	Almirante Tamandaré do Sul, Boa Vista do Ingra, Colorado, Ibirubá, Quinze de Novembro, Saldanha Marinho, Santa Bárbara do Sul	Boa Vista do Cadeado, Colorado, Cruz Alta	20	12 60%
AMASBI	Gramado Xavier	Alto Alegre, Fontoura Xavier, Soledade	Ernestina, Ibirapuitã, Mormaço, Soledade, Tio Hugo	13	9 69%
AMAU	Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Erechim, Getúlio Vargas	Estação	Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Cruzaltense, Floriano Peixoto	32	8 25%
AMCENTRO	Agudo, Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Itaara, Nova Esperança do Sul, Paraíso do Sul, Pinhal Grande, Santa Maria, São Francisco de Assis, São Sepé	Dilermando de Aguiar, Formigueiro, Ivorá, Mata, Nova Palma, Quevedos, Restinga Seca, São Sepé	Cachoeira do Sul, Faxinal do Soturno, Julio de Castilhos, Nova Esperança do Sul, Nova Palma, Restinga Seca, Santa Maria, São Pedro do Sul, São Sepé, São Vicente do Sul, Vila Nova do Sul	33	21 64%
AMCSERRA	Segredo, Sobradinho	-	Jacuizinho	12	3 25%
AMESNE	Caxias do Sul, Coronel Pilar, Farroupilha, Veranópolis	Bento Gonçalves, Coronel Pilar, Farroupilha, Nova Prata	Caxias do Sul	32	7 22%
AMFRO	Maçambará, Santana do Livramento, Uruguaiana	Alegrete, Manoel Viana, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Uruguaiana	Barra do Quaraí, Santana do Livramento, São Gabriel	12	8 67%
AMGSR	-	Horizontina, Senador Salgado Filho, Tucunduva	Boa Vista do Buricá, Cândido Godói, Santa Rosa, Três de Maio	20	7 35%
AMLINORTE	Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Osório, Torres	Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Imbé, Xangri-lá	Arroio do Sal	22	8 36%
AMM	Entre-Ijuís, Giruá, São Pedro do Butiá	Bossoroca, Carro Largo, Eugênio de Castro, Roque Gonzales, São Luiz Gonzaga	Bossoroca, Mato Queimado, Salvador das Missões, São Miguel das Missões, São Paulo das Missões	26	12 46%
AMPLA	Passo Fundo	Camargo, Pontão, São Domingos do Sul	Marau	15	5 33%

AMSERRA	Gramado, São Francisco de Paula	Picada Café	Cambará do Sul, Picada Café	7	4 57%
AMUCELEIRO	Bom Progresso, Campo Novo, Chiapetta, Três Passos	Coronel Bicaco, Crissiumal, Inhacorá, Santo Augusto, São Martinho, Três Passos, Vista Gaúcha	Campo Novo, Derrubadas, Miraguai, Redentora, Vista Gaúcha	21	13 62%
AMUCSER	Bom Jesus, Vacaria	Capão Bonito do Sul, Ipê, Monte Alegre dos Campos, Muitos Capões, Vacaria	Bom Jesus, Campestre da Serra, Esmeralda, Jaquirana, Pinhal da Serra, São José dos Ausentes, Vacaria	12	11 92%
AMUNOR	Cacique Doble, Lagoa Vermelha, Machadinho, Maximiliano de Almeida, Tapejara	Água Santa, Ibiaça, Ibiraiaras, Sananduva, São João da Urtiga, São José do Ouro	Tapejara	18	11 61%
AMUPLAM	Ijuí	Ajuricaba, Coronel Barros, Jóia, Pejuçara	Augusto Pestana, Jóia, Nova Ramada, Panambi	11	8 73%
AMVARC	Brochier, Maratá, Portão, Salvador do Sul, São Sebastião do Cai	Linha Nova, São José do Sul, São Pedro da Serra, Tupandi	Feliz, Portão, Salvador do Sul	20	10 50%
AMVARP	Passo do Sobrado, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires	Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo	Encruzilhada do Sul, Passo do Sobrado, Santa Cruz do Sul, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz	14	8 57%
AMVAT	Fazenda Vila Nova	Arroio do Meio, Cruzeiro do Sul, Encantado, Nova Bréscia	Bom Retiro do Sul, Coqueiro Baixo, Encantado, Fazenda Vila Nova, Lajeado, Muçum, Poço das Antas, Pouso Novo, Westfália	37	12 32%
AMVRS	Novo Hamburgo, São Leopoldo	Estância Velha, Morro Reuter, Novo Hamburgo	Dois Irmãos, Nova Hartz	12	6 50%
AMZOP	Cerro Grande, Constantina, Dois Irmãos das Missões, Novo Xingu, Palmeira das Missões, Três Palmeiras	Engelho Velho, São José das Missões, Seberi	Jaboticaba, Novo Tiradentes, Palmeira das Missões, Pinheirinho do Vale, Planalto, Ronda Alta, Rondinha, Sagrada Família	42	16 38%
ASMURC	Arroio dos Ratos, Eldorado do Sul,	Barão do Triunfo	Charqueadas	9	4 44%
ASSUDOESTE	Aceguá, Lavras do Sul	Bagé, Caçapava do Sul, Candiota	Aceguá, Bagé, Caçapava do Sul,	7	7

			Dom Pedrito		100%
AZONASUL	Pelotas	Pelotas, São Lourenço do Sul	Arroio do Padre, Morro Redondo, Pelotas, Santa Vitória do Palmar, São Lourenço do Sul	20	5 25%
GRANPAL	Viamão	Alvorada, Esteio, Gravataí, Porto Alegre	Alvorada	11	5 45%
AMPARA	-	-	Parobé, Rolante, Taquara	6	3 50%
TOTAL DE MUNICÍPIOS	78	98	104	497	228 46%

FONTE: Dados de Relatórios parcial e final do Pró-Conselho/UFSM, 2013 e 2014.

Diante da Tabela 1, verifica-se que o objetivo do curso de **Capacitar Conselheiros Municipais de Educação e/ou Técnicos do quadro efetivo das Secretarias Municipais de Educação do Estado do Rio Grande do Sul** está se concretizando em muitas regiões onde a maioria dos municípios já participou do curso, levando em consideração a matrícula dos cursistas e não a certificação dos mesmos. Destaca-se que em 1 regional, ASSUDOESTE, todos os municípios já participaram do curso, em 1 regional (AMUCSER) esteve presente 75% dos seus municípios, e em 12 regionais mais da metade dos municípios já participaram (AMPARA, AMAJA, AMASBI, AMCENTRO, AMFRO, AMSERRA, AMUCELEIRO, AMUNOR, AMUPLAM, AMVARC, AMVARP e AMVRS).

A 1ª edição (2013) do curso contou com 78 municípios, 156 cursistas matriculados, com a certificação de 131 cursistas, sendo que a meta de certificação dessa edição estabelecida pela SEB/MEC era de 120 cursistas. Assim, superou-se a meta estipulada. A 2ª edição foi desmembrada em duas ofertas com a meta de certificação de 320 cursistas. Na 1ª oferta da 2ª edição (2013/2014) foram matriculados 98 municípios com 192 cursistas, com a certificação de 146 cursistas. Na 2ª oferta da 2ª edição (2014) com 198 cursistas representando 104 municípios do RS; como está em execução ainda não se tem os dados finais de certificação. A meta estipulada para a 3ª edição do curso, em fase de planejamento e articulação que será ofertada em 2015, prevê um número de 180 certificações.

Na 1ª edição os certificados foram entregues aos coordenadores regionais que se encarregaram de enviar os certificados aos cursistas correspondentes, porém verificou-se que esse método não foi muito eficaz, pois alguns cursistas demoraram a receber os certificados. Na 2ª edição optou-se por enviar um certificado digital aos cursistas, por e-mail, até que o sistema de inscrição, matrícula e certificação do curso fique pronto, o qual está em fase de elaboração pela equipe gestora e o apoio técnico em informática.

Já a seleção e contratação de recursos humanos para o apoio administrativo e apoio técnico de informática é realizado em conjunto pela equipe gestora do curso e pela FATEC. A Fundação se responsabiliza em organizar (com a coordenação do curso) e lançar o edital de seleção, os coordenadores do curso realizam a inscrição, recebem os materiais solicitados no edital, realizam a prova e/ou entrevista com os candidatos, depois enviam ofício com a classificação dos candidatos para a FATEC que disponibiliza no site o resultado do edital. Após o período de tramitação de recursos, quando há, os candidatos selecionados são contratados pela FATEC conforme o regime de contratação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o período previsto no PTA do projeto e no edital.

3.1.8 Sustentabilidade financeira

Recursos financeiros provenientes de Ação Orçamentária 20RJ. A proposta orçamentária é dividida em insumos de material de consumo e serviços de terceiros (pessoa física e pessoa jurídica). O item insumos de pessoa física é a previsão das despesas do apoio administrativo e do apoio técnico de informática, gestado em conjunto pela coordenação do curso e a FATEC/UFMS. Os demais integrantes da equipe, coordenadores, professores e tutores recebem bolsa pelo FNDE para realizarem duas atividades no curso.

O material de consumo prevê as despesas para compra de material de escritório e de informática com o objetivo de dar continuidade dos serviços e atendimento aos cursistas, e demais atividades relacionadas ao cotidiano do projeto que envolvem a produção, emissão, impressão e arquivamento de documentação entre outros procedimentos que dizem respeito ao atendimento ao público presencialmente em sala própria do CE/UFMS, assim como nos encontros presenciais do curso. Para a compra desses materiais, é realizado um levantamento

de preços pelo apoio administrativo, os três orçamentos com valores mais baixos são encaminhados a FATEC com o ofício de solicitação de compra e a justificativa da necessidade desses materiais. A compra e o pagamento fica sob responsabilidade da FATEC.

Os insumos para pessoa jurídica seguem as mesmas normas dos materiais de consumo, quando não há a necessidade de realizar licitações, no caso de valores que ultrapassem R\$ 8.000,00. Esses insumos constituem a contratação de serviços para os encontros presenciais: equipamento de sonorização para o auditório, serviços de coffee, de almoço, confecção de pastas, gravação e impressão de encartes e adesivos para os CDs que são entregues aos cursistas no 1º encontro presencial com todo o conteúdo do curso, impressão de banner, de folder para divulgação do curso e ornamentação.

Também, são previstos a contratação de serviço de reprografia de documentos para auxiliar na organização do material que é entregue nos encontros presenciais do projeto, assim como, na reprodução de material didático-pedagógico e administrativo do projeto. Para a 2ª e 3ª edição do curso foram previstos a publicação de material impresso organizado pela Coordenação do Projeto (livro) em fase de finalização que será impresso no ano de 2015, e expedição de correspondência para os cursistas e para a SEB/MEC.

A prestação de contas dos recursos é realizada no final da execução do curso com o relatório final.

3.2 Encaminhamentos da Gestão Pedagógica no Pró-Conselho/UFSM

A gestão pedagógica é um dos aspectos da EaD que precisa ter uma atenção especial, pois são esses gestores que estão diretamente em contato com os cursistas e a qualidade do curso depende, também, da qualidade dos conteúdos, materiais didáticos, planejamento, monitoramento, avaliação e interação dos professores e tutores.

As reuniões da equipe gestora pedagógica são realizadas, normalmente de quinze em quinze dias, com algumas exceções, em todas as reuniões as discussões e decisões ficam registradas em atas que são disponibilizadas para toda a equipe no Drive (google) de forma mais simplificada.

Diante das Atas das reuniões da equipe do Pró-Conselho/UFSM, verificou-se que no período de abril de 2013 a agosto de 2014 foram realizadas 42 reuniões, que foram distribuídas conforme a tabela 2 abaixo:

TABELA 2: Reuniões Administrativas, 2013/2014 - Pró-Conselho/UFSM.

Ata	2013	2014	Total
Seleção de apoio administrativo e/ou tecnológico	01	03	04
Seleção de Tutores	02	01	03
Seleção dos Municípios participantes	02	-	02
Reunião equipe gestora/administrativa	03	-	03
Reunião equipe gestora, tutores e apoio	15	15	30
Total	23	19	42

Fonte: Atas das reuniões da equipe Pró-Conselho/UFSM, 2013-2014.

No ano de 2013 foi realizada uma reunião para compor a comissão de seleção do apoio administrativo e técnico de informática, no mês de março para iniciar as atividades do curso. Em 2014, foram 3 reuniões para o edital de seleção de apoio técnico de informática (1 no mês de Janeiro e 2 no mês de fevereiro). O edital discrimina aspectos sobre o curso, seu objetivo, vagas, a função, atividades, requisitos básicos, documentação, as etapas da seleção, resultado, remuneração e desligamento do curso. Além dos requisitos de âmbito geral como: ter nacionalidade brasileira; haver cumprido as obrigações com o Serviço Militar; ter idade mínima de 18 (dezoito) anos; não registrar antecedentes criminais; o candidato não poderá ter vínculo com a FATEC nos últimos 12 meses; o trabalho deverá ser realizado no Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria; também são estipulados requisitos específicos necessários:

- *Candidato à vaga de Apoio Administrativo* - possuir curso de graduação (licenciatura) e/ou estar cursando a graduação (licenciatura) a partir do 4º semestre; possuir experiência (com ou sem vínculo institucional) com relação as atividades a serem desenvolvidas;

- *Candidato à vaga de Apoio Técnico em Informática* - possuir curso de graduação em Informática ou áreas afins e/ou estar cursando a graduação em Informática ou áreas afins a partir do 4º semestre; possuir experiência em construção e manutenção de sites/blog, produção de material instrucional e visual, manutenção do Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle), manutenção da infra-estrutura de rede, suporte e manutenção de sistema e apoio tecnológico (com ou sem vínculo institucional).

Os requisitos específicos destacados são essenciais para a execução satisfatória das funções dos candidatos selecionados no curso.

As seleções para tutores ocorreram em fevereiro e junho de 2013 e em janeiro de 2014, totalizando 3. O edital para seleção dos tutores possui os mesmos aspectos que o edital para seleção de apoio administrativo e de informática. Os requisitos abrangem: ser brasileiro nato ou naturalizado; estar em dia com as obrigações eleitorais; estar quite com as obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino; ter disponibilidade de 20 horas semanais para as atividades de tutoria; titulação mínima exigida – Formação superior em Curso de Licenciatura, Especialização e/ou Mestrado (poderá estar cursando Especialização e/ou Mestrado, ambos na área da Educação); experiência mínima de um (01) ano no magistério (educação básica e/ou superior); ter habilidade e conhecimento para usar computadores em atividades educacionais através de internet (correio-eletrônico, web, fórum, bate-papo, ambiente Moodle e/ou outros ambientes virtuais de aprendizagem); e possuir curso relacionado a plataforma Moodle e/ou outros ambientes virtuais de aprendizagem.

Importante destacar que é imprescindível que o tutor seja qualificado, com curso de graduação ou pós-graduação em educação, com cursos em ambientes virtuais de aprendizagem, principalmente o Moodle que é utilizado no curso, que já tenha alguma experiência em docência, ter conhecimentos em outros programas e sistemas que possam ser utilizados para monitoramento e avaliação do curso, assim como, ter a carga horária de 20h semanais disponíveis para realizar as suas atividades, sejam presenciais ou a distância, de planejamento, monitoramento e avaliação.

No período analisado, abril de 2013 a agosto de 2014, foram realizadas 2 reuniões para seleção de municípios uma em setembro de 2013 para os cursistas da

1ª oferta da 2ª edição e em abril de 2014 para a 2ª oferta da 2ª edição. A seleção da 1ª edição ocorreu no final do ano de 2012, por isso não foi computada no total.

As 3 reuniões de 2013 sobre os aspectos administrativos trataram sobre: Junho/2013 – elaboração do edital seleção da 1ª oferta da 2ª edição. Modelo de PTA. Determinação das datas (início em setembro/13). Criação de critérios para seleção (formação continuada no PAR, não estar na 1ª edição, não ter SME, não ter CME). Agosto/2013 – PTA 2ª e 3ª edição. Edital seleção 1ª/2ª edição. Período das edições. Dezembro/2013 – Relatório final Gap/UFSM – 1ª edição. Prorrogação período da 1ª edição.

Do total das reuniões, 23 em 2013 e 19 em 2014, e foram distribuídas conforme o gráfico abaixo:

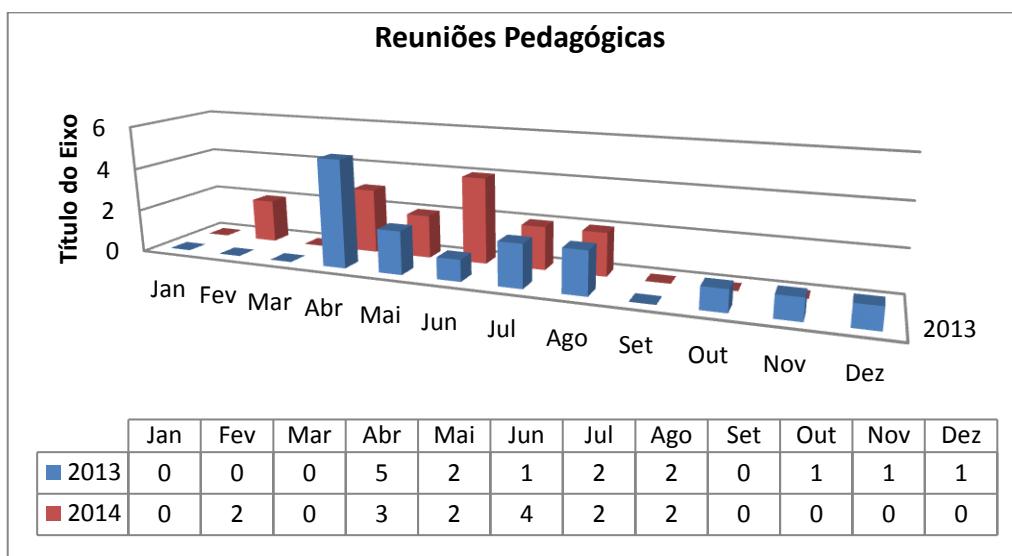


GRÁFICO 1: Reuniões Pedagógicas 2013 e 2014 – Pró-Conselho/UFSM.

FONTE: Atas das reuniões, Pró-Conselho/UFSM, 2013/2014.

Diante o gráfico 3, podemos fazer algumas considerações:

1. No mês de setembro de 2013 e fevereiro de 2014 estavam encerrando as atividades no ambiente Moodle, nesse período, os cursistas precisam elaborar um Projeto Integrador e enviar aos tutores como requisito parcial para a aprovação e certificação no curso. Assim, nos meses de fevereiro e março não há muitas reuniões, pois os tutores estão avaliando os projetos e avaliando a frequência e as atividades dos cursistas para elaboração dos pareceres finais;

2. No mês de setembro de 2013 a equipe administrativa estava elaborando e selecionando os municípios para a 1ª oferta da 2ª edição;

A equipe pedagógica do Pró-Conselho/UFMSM (coordenadora adjunta local, professor supervisor e tutores) priorizam autonomia para planejar, organizar e avaliar os encaminhamentos teórico-metodológicos referentes aos processos de ensino e de aprendizagem no AVEA. As ações são oriundas das discussões nas reuniões semanais da equipe pedagógica com o apoio administrativo e o apoio técnico de informática, em que são discutidos assuntos sobre o moodle, entre eles as atividades, fragilidades do ambiente, avaliação dos cursistas/alunos, avaliação do ambiente e das atividades disponíveis. A equipe pedagógica está, também, em contato permanente por meio de e-mails e mensagens no próprio ambiente.

As reuniões são divididas: reunião com os gestores do curso e as reuniões pedagógicas. Nas reuniões dos gestores participam a coordenadora geral, a coordenadora adjunta local, a coordenadora adjunta pedagógica e o professor supervisor e são auxiliados pelo apoio administrativo e apoio técnico de informática do curso. Nessas reuniões são discutidos assuntos referentes a gestão administrativa, financeira e pedagógica de maneira mais ampla.

Quando o assunto é sobre aspectos pedagógicos relacionados diretamente ao ambiente moodle de planejamento, encaminhamentos e monitoramento do curso são realizadas reuniões pedagógicas com a coordenadora adjunta pedagógica, o professor supervisor e as tutoras que também são auxiliados pelo apoio administrativo e apoio técnico de informática do curso. Algumas dessas reuniões são realizadas online utilizando a ferramenta da Google no *hangout*.

Conforme observação e análise dos documentos do Pró-Conselho/UFMSM, verifica-se que os processos de gestão do curso são condizentes com os preceitos do Projeto e do Plano de Trabalho, tendo por base os princípios de gestão democrático-participativa: transparência, autonomia, participação, descentralização do poder, desburocratização e ética. Assim sendo, desde a intenção, o planejamento e a concretude das ações do projeto, há participação de todos da equipe, envolvendo diferentes áreas, diferentes experiências e, também, diferentes visões do processo.

Na análise das atas das reuniões foi possível fazer a categorização dos procedimentos discutidos nas reuniões: *planejamento, organização, monitoramento e avaliação*, do total de 23 reuniões em 2013 e 19 em 2014, chegou-se aos seguintes números:

TABELA 3: Classificação das Reuniões, 2013/2014 - Pró-Conselho/UFSM.

Classificação	2013	2014
Planejamento	43%	58%
Organização	57%	58%
Monitoramento	22%	47%
Avaliação	35%	32%

Fonte: Atas das reuniões da equipe Pró-Conselho/UFSM, 2013-2014.

Com os dados da tabela 3 verifica-se que o aspecto mais discutido nas reuniões em 2013 é a organização e em 2014 o planejamento e a organização. No ano de 2013 iniciou a 1ª edição do curso, assim, justifica-se que nas reuniões sejam tratadas questões sobre a organização do curso, da equipe e do ambiente. No ano de 2014 percebe-se que houve um aumento dos assuntos sobre o monitoramento, pois verificou-se a necessidade de aperfeiçoar a interação e o monitoramento dos cursistas no ambiente. Destaca-se que no ano de 2014 foram analisadas as atas até o mês de agosto, e não foram incluídas as reuniões de avaliação final e da elaboração dos relatórios da 2ª oferta da 2ª edição.

Os procedimentos de planejamento discutidos nas reuniões abrangem a questão de seleção de cursistas, seleção de tutores, seleção de apoio administrativo e/ou de informática, atividades do Moodle, Encontros Presenciais e discussões sobre o Plano de Trabalho do curso.

A organização compreende aspectos de definição do curso como definição do dia e horário das reuniões e plantões da equipe, organização do ambiente Moodle, do cronograma do curso, dos eventos, troca da equipe, questionário, e-book, Encontros Presenciais, e-mail funcional da equipe, site e reuniões na SEB/MEC e UNCME/RS. Já no monitoramento é discutido em assuntos sobre o acesso dos cursistas no ambiente com gráficos elaborados pela coordenação pedagógica, o acompanhamento dos tutores (Planilha) e a interação e mediação dos tutores.

O número de inscrições efetivadas será considerado pelo número de cursistas que iniciaram o módulo de I, ou seja, que tenham superado o módulo de introdução ao ambiente Moodle. Caso esse número seja inferior à meta física estipulada, a Universidade abrirá novas inscrições. No caso de evasão superior a 30% (evadidos

após o módulo I), a UFSM se compromete a recuperar o evadido e, na impossibilidade, [re]ofertar as vagas para tentar atingir sua meta.

A avaliação abrange aspectos da elaboração dos relatórios, estudos da equipe, critérios de avaliação dos cursistas, dos conceitos, dos Encontros Presenciais, das atividades e do ambiente do curso, avaliação dos cursistas, feedbacks aos cursistas, cronograma de avaliação, avaliação da equipe e da edição do curso em andamento, entre outros.

O desafio da EaD, conforme Gomes e Lopes (2005, p. 3) é de “[...] superar o paradigma de práticas burocráticas, individualistas, fragmentadas e hierarquizadas nas instituições e organizações”. Diante desse desafio, a possibilidade encontrada pela gestão pedagógica do curso do Pró-Conselho/UFSM é desenvolver atividades com a participação de todos os envolvidos no curso (coordenadores, professor supervisor, tutores, apoio técnico de informática e apoio administrativo), uma gestão democrática participativa que possibilita uma visão ampla de todos os processos, de toda a conjuntura do curso, de tudo o que acontece com participação nas decisões e encaminhamentos do curso.

Os gestores precisam ultrapassar os modelos e paradigmas tradicionais de educação, que não são compatíveis com o modelo de sociedade que existe hoje, é necessário que busquem informações e formação para desempenharem suas funções com criatividade, trabalho descentralizado, participativo, autonomia, também, com conhecimento de que as dimensões que permeiam a gestão de um curso de extensão estão imbricadas pelas características administrativas e financeiras a serviço do pedagógico.

O modelo de gestão democrático-participativa é, ao mesmo tempo, um dos maiores desafios que os cursos de EaD precisam enfrentar, mas, também, uma possibilidade para a qualidade do curso. É um desafio porque não é fácil trabalhar em equipe, com pessoas que possuem visões e experiências diferentes, ter que envolver todos os profissionais para que participem do planejamento, organização, execução e avaliação as ações do curso de maneira compartilhada. Também, é uma possibilidade para que um curso seja considerado de qualidade em sua oferta e que alcance os objetivos esperado no projeto, pois exige participação efetiva, autonomia, decisões compartilhadas, trabalho cooperativo e integrador de todos os profissionais, na perspectiva de superar o fato de apenas “gerenciar” o curso, mas gestar de maneira democrático-participativa, envolvendo todos os profissionais no

planejamento, na execução e na avaliação do curso o que acontece durante as reuniões da equipe.

Conforme o Decreto nº 5.622 de 2005, Art. 1º, § 1º, a EaD possui metodologia, gestão e avaliação peculiares, características próprias de currículo justamente porque professores e alunos não estão no mesmo espaço e tempo e não é possível utilizar as mesmas características do ensino presencial. Dessa maneira, a gestão pedagógica de um curso a distância repercute diretamente na qualidade do curso, pois é o pensar e o agir dentro do curso, planejar e organizar como será o currículo, a interação dos cursistas com o conteúdo, a comunicação entre cursistas-professores-tutores, a elaboração do material e o acompanhamento e a avaliação dos cursistas, tudo em consonância com a proposta e pressupostos expressos no Plano do Curso.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A partir das observações e análise dos documentos do curso, chega-se a algumas considerações que não podem ser ditas como finais, pois se trata de uma análise e interpretação da pesquisadora que precisaria de um estudo mais aprofundado de cada um dos aspectos que foram mencionados nessa pesquisa que estão em constante mudança.

Verifica-se que, apesar de não haver um modelo único de curso a distância, os Referenciais de Qualidade da educação Superior a Distância de 2007, um documento essencial para a observação dos cursos nessa modalidade que primam pela qualidade, possibilita uma análise e uma tentativa de estabelecer alguns parâmetros para a qualidade da educação, em especial no que se refere aos tópicos que devem ser contemplados nos projetos dos cursos.

Ressalta-se que o curso pesquisado contempla em seu projeto (Plano de Trabalho, UFSM, 2012) os tópicos destacados no documento, assim como são discutidos e avaliados durante todo o curso nas reuniões da equipe. No Plano de Trabalho do curso há a descrição dos objetivos, meta física, justificativa, público alvo e requisitos para participação (seleção), cronograma de atividade do curso, forma de execução, metodologia (estrutura curricular, desenvolvimento, acompanhamento e avaliação), carga horária, certificação, recursos humanos e funções, monitoramento do curso e a proposta orçamentária.

Os aspectos ausentes no projeto são discutidos nas reuniões e registrados em atas que são disponibilizadas para toda a equipe, assim como, nos documentos de referências do curso organizados pela Universidade Federal de Santa Catarina. Dessa maneira, acredita-se que a EaD com uma gestão democrática e com pressupostos teóricos-metodológicos, pedagógicos, recursos humanos e infraestrutura claros e explícitos em seu projeto potencializam a qualificação dos cursos.

Considera-se que a gestão do Pró-Conselho/UFSM prima pelos pressupostos da gestão democrática, com a participação de todos da equipe desde o planejamento, a organização o monitoramento e a avaliação dos cursistas e do curso, descentralização do poder com autonomia dos membros da equipe, transparência nas ações e encaminhamentos que podem ser visualizados por meio

do site do curso, desburocratização dos processos e ética dos envolvidos. Esses são aspectos que podem minimizar a burocratização, hierarquização e fragmentação dos cursos EaD proporcionando um curso de qualidade para a equipe e para os cursistas.

Diante dessa pesquisa de monografia, pode-se considerar que a gestão do curso do Pró-Conselho/UFSM, na modalidade a distância, repercute diretamente na qualidade da oferta do curso de formação continuada dos Conselheiros Municipais de Educação do RS. Em especial no que se refere aos processos de planejamento, organização, monitoramento e avaliação do/no curso, o que se destaca como um diferencial da equipe que ocorrem nas reuniões, possibilitando que os problemas encontrados e diagnosticados sejam resolvidos ainda na execução do curso. Como esses procedimentos estão em constante reflexão por toda a equipe, demonstra a responsabilização e comprometimentos de todos os envolvidos com qualidade da oferta do curso, oportunizando a gestão compartilhada.

REFERÊNCIAS

BELLONI, M. L.. **Educação a distância**. 5. ed. 1. reimpressão. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BORDIGNON, G. **Gestão da educação no município: Sistema, Conselho e Plano**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 20 set. 2014.

_____. **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf> Acesso em 20 set. 2014.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>> Acesso em: 13 set. 2014.

_____. **Portaria nº 3.272**, de 6 de novembro de 2003. Criar no âmbito da Secretaria de Educação Infantil e Fundamental SEIF, o Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação - PRÓ-CONSELHO. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 nov. 2003. Seção 2, p. 8.

_____. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004**. Oferta de disciplinas semi-presencial. Brasília: Ministérios da Educação, 2004.

_____. **Referenciais de Qualidade da Educação Superior a Distância**. Ministério da Educação, 2007.

DOURADO, L. F. (Coord.). OLIVEIRA, J. F. de. A qualidade da educação: perspectivas e desafios. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, p. 201-215, mai/ago. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v29n78/v29n78a04>> Acesso em 25 ago. 2014.

DOURADO, L. F. (Coord.). OLIVEIRA, J. F. de. SANTOS, C. de A. **A qualidade da educação: conceitos e definições**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, 2007.

FERREIRA, L. S. Gestão do pedagógico: de qual pedagógico se fala? Currículo sem Fronteiras, v.8, n. 2, pp.176-189, Jul/Dez 2008. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/ferreira.pdf>> Acesso em: 8 ago. 2013.

FERREIRA, N. S. C. 2004. Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na “cultura globalizada”. **Educação & Sociedade**, Cedes, v. 25, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n89/22619>> Acesso em: 22 ago. 2014.

FONTANA, H. A.. **Uma filosofia para a Educação a Distância?**. II Seminário Nacional de Filosofia e Educação. Santa Maria, RS, 2006.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GOMES, C. J. A.; LOPES, R. G. F. **Gestão de sistemas de educação a distância**: proposta de reflexão e prática em ambiente online. 2005. Disponível em: <http://www.abed.org.br/site/pt/midiateca/textos_ead/668/2005/11/gestao_de_sistemas_de_educacao_a_distancia_proposta_de_reflexao_e_pratica_em_ambiente_online> Acesso em: 24 set. de 2014.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 79-108.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. rev. Amp. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, M. C. **Monografia**: a engenharia da produção acadêmica. São Paulo: Saraiva, 2004.

LÜCK, H. **Gestão Educacional**: uma questão paradigmática. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MICHEL, M. H.. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográfico. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 29. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MORAN, J. M. **Os novos espaços de atuação do educador com as tecnologias**. 2004. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/espacos.htm>> Acesso em 13 set. 2014.

MOROSINI, M. C. Qualidade da educação universitária: isomorfismo, diversidade e equidade. **Interface** – Comunic, Saúde, Educ, p. 89-102, ago. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n9/06.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2014.

NUNES, J. F. SILVA, F. M. da. Ambiente virtual de ensino e de aprendizagem – MOODLE Conselheiros: lócus de formação continuada. In. DALLA CORTE, M. G. (et al.). **Interfaces entre Políticas Públicas, Gestão Educacional e formação docente**. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação, Laboratório de Pesquisa Documentação, ELOS Grupo de Pesquisa, 2014. p. 72-91.

RUMBLE, G. **A gestão dos sistemas de ensino a distância**. Tradução de Marília Fonseca. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Unesco, 2003.

SOUZA, Â. R. de S. [et al.]. **Planejamento e trabalho coletivo**. Universidade Federal do Paraná, Pró-Reitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação Continuada de Professores; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. - Curitiba: Ed. da UFPR. 2005, p.15-22. 68 p. - (Gestão e avaliação da escola pública; 1).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Guia de Diretrizes Metodológicas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano De Trabalho Pró-Conselho/UFSM**. Projeto do Curso de Extensão de Formação Continuada a distância de Conselheiros Municipais de Educação. Universidade Federal de Santa Maria. 2012.

VIANNA, H. M. **Pesquisa em Educação: a observação**. Brasília: Liberlivro, 2007.